

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**FUNDAMENTOS ÉTICOS DA SOCIEDADE DE  
MERCADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE A  
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia

Por André Luiz Kopelke

Orientador: Professor Dr. Pedro Antônio Vieira

De acordo: .....



Área de Pesquisa:

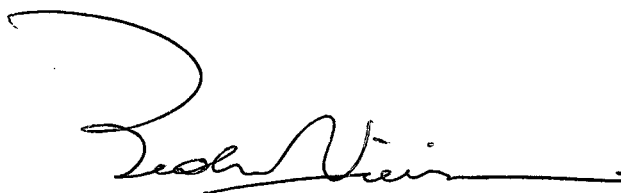
Palavras-chave: 1. Ética e Economia  
2. Sociedade de Mercado  
3. Paradigma Social

Florianópolis, dezembro de 1999.

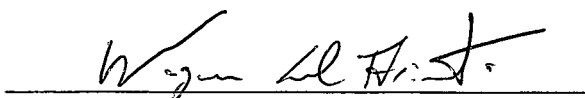
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 100 ao aluno André Luiz Kopelke na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

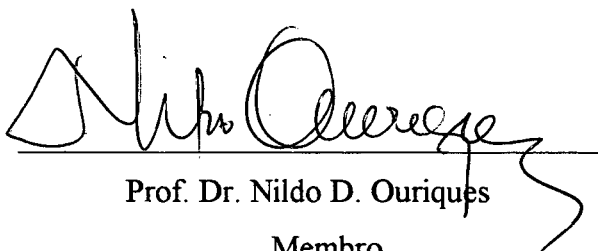
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira  
Presidente



Prof. Dr. Wagner Leal Ariento  
Membro



Prof. Dr. Nildo D. Ouriques  
Membro

# AGRADECIMENTOS

O valor que esta monografia tem para mim vai muito além do preenchimento dos requisitos formais para a obtenção de carga horária na referida disciplina. Este trabalho, bem como todo o processo de realização do curso de Ciências Econômicas, representa uma mudança significativa na minha visão de mundo e na maneira pela qual encaro a vida. E tal mudança só foi possível com a ajuda diversas pessoas com as quais convivi nestes últimos anos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta monografia. Por isso é preciso agradecer em especial às seguintes pessoas:

- À minha família, que não mediu esforços para me ajudar a realizar e concluir este curso, mesmo em tempos difíceis;
- Ao meu professor e orientador Pedro Antônio Vieira, que me fez enxergar o mundo além do mercado;
- Aos demais professores do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC, pela valiosa formação que me prestaram;
- À Universidade Federal de Santa Catarina, pelo ensino público de elevada qualidade que tive o privilégio de usufruir;
- À Ieda Frasson, que me incentivou a retomar e concluir esta monografia;
- Aos meus grandes amigos e amigas: Marcello Beckert Zapelini, Iuri Novaes Luna Ivânia Jann, Paulo César Nascimento e Luciana Pacheco, que sempre acreditaram em mim e me incentivaram a seguir adiante;
- Aos meus companheiros de trabalho da ASSEVI, especialmente aos Sr. José Tafner, Sálvio Müller, Lorival Beckhauser, Bernardo Knabben e Alfredo Kienen que, cientes da minha situação, permitiram que me eximisse temporariamente das minhas responsabilidades para a finalização desta monografia;
- E acima de tudo à Luisa, pela sua paciência nesta etapa final da monografia, e por sua contribuição imensurável à minha vida.

# SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	VI
LISTA DE QUADROS .....	VII
RESUMO.....	VIII
<u>CAPÍTULO I</u> .....	1
1. O PROBLEMA .....	1
1.1. Introdução. ....	1
1.2. Formulação da Situação-Problema. ....	3
1.3. Objetivos. ....	4
1.3.1. Geral.....	4
1.3.2. Específicos.....	4
1.4. Metodologia .....	5
1.4.1. Método de Abordagem:.....	5
1.4.2. Método de Procedimento: .....	6
<u>CAPÍTULO II</u> .....	8
2. ÉTICA E MORAL .....	8
2.1. O que é Ética, e o que é Moral. ....	8
2.2. A Ética, a Moral e as Relações Sociais.....	9
2.3. A evolução da Moral.....	13
<u>CAPÍTULO III</u> .....	15
3. SOCIEDADE DE MERCADO.....	15
3.1. O que é Mercado. ....	15
3.2. A Economia sem o Mercado. ....	16
3.3. Os tipos de Mercado. ....	19
3.4. O Livre Mercado. ....	22
<u>CAPÍTULO IV</u> .....	26
4. A MORAL DA SOCIEDADE DE MERCADO.....	26
4.1. A amplitude dos Valores do Mercado. ....	26
4.2. O Liberalismo.....	29
4.3. Uma nova Moral para uma nova Sociedade. ....	31

**CAPÍTULO V** ..... 37

**5. CONSEQUÊNCIAS DA MORAL DO MERCADO** ..... 37

    5.1. Consequências da Moral do Mercado sobre o Indivíduo. .... 37

    5.2. Consequências do Mercado sobre a Organização. .... 41

    5.3. Consequências do Mercado sobre a Sociedade. .... 45

**CAPÍTULO VI** ..... 48

**6. AS LIMITAÇÕES DA MORAL DO MERCADO** ..... 48

    6.1. A Falácia do Crescimento Ilimitado. .... 48

**CAPÍTULO VII** ..... 53

**7. ALTERNATIVAS AO SISTEMA DE MERCADO** ..... 53

    7.1. É possível viver sem o Mercado? ..... 53

**CAPÍTULO VIII** ..... 62

**8. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES** ..... 62

    8.1. Conclusão. .... 62

    8.2. Recomendações. .... 69

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** ..... 71

# LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O Paradigma Paraeconômico ..... 57

# LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Comparativo entre as percepções de diversos autores com relação a aspectos do antigo e do novo paradigma social. ....	60
---	----

## RESUMO

Diferenciação entre ética e moral. A evolução da moral nas diferentes sociedades. O trabalho como origem dos preceitos de orientação moral. A moral coletivista. A liberdade e a responsabilidade moral. A liberdade como pré-condição da manifestação da individualidade. A moral da Idade Média. A gestação da moral burguesa. Definição de mercado. Origem dos mercados. Os valores morais aceitos pelo mercado. Organizações econômicas sem a presença do mercado. O mercantilismo e o crescimento da importância do mercado. Os diferentes tipos de mercado. O mercado nacional como origem do mercado competitivo. A intervenção do Estado na formação do mercado nacional. A regulamentação do mercado durante o mercantilismo. O surgimento da Revolução Industrial e a introdução da maquinaria complexa. A transformação dos fatores de produção em mercadorias. Os seres humanos como objetos de compra e venda, sujeitos às flutuações do mercado. A promoção da ideologia liberal e a deturpação do conceito de liberdade. A liberdade no exercício dos valores morais do mercado. A sujeição das relações sociais à lógica do mercado. O mercado e a eficiência alocativa. A natureza egoísta do homem como fator de estabilização social. As consequências da moral do mercado sobre o indivíduo. A inversão da escala de necessidades humanas. O consumismo. As consequências da moral do mercado sobre os trabalhadores. O ajustamento de seres humanos aos ambientes utilitaristas da produção. As técnicas de adestramento humano nas organizações. A alienação e o entorpecimento coletivo da sociedade capitalista. As limitações da moral do mercado. O crescimento econômico como fator de legitimação do sofrimento humano. A limitação do salário como mecanismo de distribuição de renda. A redução da demanda agregada como fator de limitação da lógica capitalista. As alternativas ao sistema de mercado. A manutenção da instituição do mercado numa nova estrutura social, reformulado, regulado e vigiado.



# CAPÍTULO I

## 1. O PROBLEMA

### **1.1. Introdução.**

Atualmente é senso comum que o capitalismo está passando por um processo de crise. Neste final de milênio, as promessas de um maravilhoso mundo tecnológico, onde a produção material seria abundante e bem distribuída, e onde o homem estaria livre dos trabalhos penosos e insalubres, parecem estar mais distantes do que nunca. As máquinas realmente têm substituído os homens no processo de produção, mas a contrapartida sinistra deste movimento tem sido a crescente exclusão de trabalhadores da sociedade formal. O dilema da sociedade capitalista atual é que ela destrói o seu principal mecanismo de distribuição de renda, que é o trabalho remunerado pelo salário, e ao fazê-lo, mina as suas próprias bases de sustentação a longo prazo, pois promove uma concentração de renda tal que tende a paralisar todo o sistema pela falta de demanda.

Estas distorções do capitalismo moderno resultam na ocorrência de diversas injustiças, materializadas sob a forma de desemprego, fome e exclusão social, que acabam por refletir numa queda dos indicadores de qualidade de vida de grandes parcelas da população, tanto dos países periféricos, quanto dos países cênicos (Thurow, 1997).

Estas crescentes injustiças que a sociedade de mercado não tem conseguido contornar têm levado muitos autores a acreditar que o Estado Liberal e o Capitalismo são formas de organização política e econômica baseadas numa concepção não-ética das relações econômicas e do exercício do poder. O assim chamado Estado “Neoliberal” tem sido acusado de atuar com vistas, única e exclusivamente, a atender aos interesses das elites econômicas da sociedade, disfarçando este seu direcionamento ideológico

através da retórica publicitária que afirma que tal modelo de Estado tem alguma orientação moral e preocupação social.

Porém, esta parece ser uma postura intelectual simplificadora da questão, que pode trazer dificuldades analíticas para a completa percepção do problema. O Liberalismo e o Capitalismo estão longe de serem não-éticos, mas ao contrário, possuem a sua própria ética, ou seja, possuem um conjunto de princípios morais próprios que regulam as relações econômicas e sociais.

Para alguns autores (Davel & Vasconcelos, 1996), a noção de ética está profundamente vinculada à cultura ocidental e ao exercício da autonomia e da liberdade, princípios estes que estão amplamente ligados ao surgimento da sociedade capitalista.

Os gregos foram os primeiros sintetizadores do conhecimento dos valores éticos, entendendo por “*ethos*” o conjunto de condutas morais reguladoras das relações entre indivíduos na Sociedade. Para os gregos, essas condutas morais serviam como instrumentos para garantir, através da fixação de padrões de convivência, a preservação de desenvolvimento da sociedade, com vistas a realizar a felicidade, a *eudamonia*. Essas normas de convivência antecederam as prescrições codificadas, manifestando-se nos primeiros momentos da cultura ocidental sob as formas de normas religiosas e costumes.

A ética, entendida como sendo a reflexão racional sobre o *ethos*, surge da necessidade sentida pelo homem em sistematizar por meio de categorias racionais à variada e múltipla manifestação dessas normas de convivência. A ética supunha a utilização da razão humana como fator determinante na fixação das bases axiológicas da convivência humana. O surgimento da noção de ética é decorrente da afirmação de valores constituídos pela razão humana face às normas religiosas. A marca de nascença da ética ocidental constituiu-se na manifestação da autonomia do ser humano face ao cosmos e ao próprio criador. A consciência moral tornou-se assim uma construção social, mas que expressa valores de uma identidade pessoal intransferível, capaz de distanciar-se criticamente do social. Logo, sem autonomia, sem a consciência do sujeito moral de sua capacidade para criar ou aceitar livremente normas de conduta, não existe ética.

Assim, constata-se que a noção de ética acha-se vinculada no pensamento filosófico do Ocidente ao exercício da autonomia e da liberdade. O pensamento liberal

como foi elaborado por seus primeiros formuladores acha-se dentro dessa tradição ética iniciada pelos gregos. O Estado, considerado como um dos instrumentos da realização do homem na Terra, surge no pensamento liberal vinculado a uma perspectiva moral constituída em função de teses filosóficas que conferem uma prioridade ao indivíduo na sociedade. A ética liberal afirma que a estabilidade e o progresso da sociedade dependem da expansão crescente da liberdade individual, pois somente com liberdade é possível o exercício da razão, e portanto, da conduta ética, que tem por objetivo último a busca da felicidade humana.

## **1.2. Formulação da Situação-Problema.**

A partir da situação acima apresentada, muitos questionamentos ficam em aberto. Qual foi o processo pelo qual o conceito de liberdade foi tão distorcido a partir do seu entendimento original? Como algo que se pressupunha ser fundamental para o atingimento da felicidade humana, acabou por gerar enormes distorções distributivas da riqueza? Como mostra Marcuse (1982), o conceito de liberdade para a sociedade de mercado passou a ter um significado específico. Liberdade econômica passou a significar liberdade de economia, ou seja, liberdade de ser controlado pelas forças econômicas; liberdade de luta cotidiana pela existência, de ganhar a vida. Liberdade política significa a libertação do indivíduo da política sobre a qual ele não tem controle eficaz algum. E liberdade intelectual significa a restauração do pensamento individual, ora absorvido pela comunicação e doutrinação de massa, abolição da “opinião pública” juntamente com os seus forjadores.

O conceito de liberdade como fator fundamental da conduta ética é anterior ao surgimento do capitalismo. Como foi possível um sistema econômico, como o Capitalismo, surgir a partir da apropriação da tradição filosófica ocidental clássica, e transformá-la a tal ponto que os seus princípios básicos, originalmente orientados para a promoção do desenvolvimento humano, acabaram por promover gigantescas injustiças sociais? Para responder a essa pergunta é preciso estudar a origem do capitalismo e

verificar como foi se processando a alteração no que se considerava uma conduta ética neste tipo de sociedade. E existem diversas interpretações de como este processo se deu.

## **1.3. Objetivos.**

### **1.3.1. Geral.**

Analisar os fundamentos éticos da sociedade de mercado e avaliar as consequências dessa estrutura de valores sobre a sociedade capitalista contemporânea.

### **1.3.2. Específicos.**

- 1) Conceitualizar “Ética”;
- 2) Conceitualizar “Sociedade de Mercado”;
- 3) Verificar o processo de surgimento dos valores da Sociedade de Mercado e definir a Ética do Mercado;
- 4) Levantar as consequências da difusão da ética do mercado por toda sociedade e averiguar os seus efeitos sobre o capitalismo contemporâneo;
- 5) Verificar a existência ou não de uma crise neste sistema de valores e apontar suas causas;
- 6) Sugerir alternativas viáveis aos valores vigentes, caso se verifique a existência de crise no modelo atual.

## **1.4. Metodologia**

### **1.4.1. Método de Abordagem:**

O método de abordagem da pesquisa será predominantemente qualitativo, tendo a fenomenologia como orientação filosófica. Para Alves (1991), a maior parte das pesquisas qualitativas se propõe a preencher lacunas do conhecimento que geralmente se referem à compreensão de processos que ocorrem em uma dada instituição ou comunidade. Neste estudo parte-se do pressuposto de que o atual paradigma social está em crise, e se encontra num processo de transição para outra forma, ainda não definida, de organização social. Nesse contexto, os valores originais da sociedade de mercado, que promoveram o surgimento do Renascimento, do Iluminismo e do Capitalismo Moderno não são mais válidos, e se encontram num estágio cuja perpetuação ocasiona rendimentos decrescentes em termos de bem-estar humano. Portanto, a crise da sociedade de mercado é, em parte, consequência de uma crise dos valores deste tipo de sociedade. Como as configurações do novo paradigma não estão definidas, este trabalho pretende se encaixar no que Kuhn (1995) denomina ciência extraordinária, ou seja, um estudo exploratório com o objetivo de tornar claros os elementos que levaram o atual paradigma a um estado de crise e apontar as possibilidades de novos caminhos a serem seguidos.

A pesquisa será de natureza exploratória. De acordo com Richardson (1985), as pesquisas desta natureza, que o autor denomina de pesquisas para formular teorias, tentam descobrir relações entre fenômenos quando os pressupostos teóricos não estão claros ou são difíceis de encontrar. Para Selltiz (1974), um estudo exploratório pode ter como objetivo, entre outros, aumentar o conhecimento do pesquisador acerca do fenômeno que deseja investigar em estudo posterior, mais estruturado; o esclarecimento de conceitos e o estabelecimento de prioridades para futuras pesquisas. Em função da juventude das ciências sociais, em alguns campos do conhecimento, existem poucos caminhos bem experimentados a serem seguidos, o que obriga muitas pesquisas a apresentar um caráter de pioneirismo. Nestes casos, a pesquisa exploratória é considerada mais adequada. O estudo exploratório deve ser considerado como um passo inicial de um processo contínuo de pesquisa.

O presente trabalho não pretende ser exaustivo, ele pavimenta o caminho de estudos futuros, servindo de base para a construção de novas pesquisas. Este trabalho é apenas uma contribuição para adicionar detalhes ao mapa da terra além do mercado.

#### **1.4.2. Método de Procedimento:**

A pesquisa a ser realizada terá como método de procedimento a pesquisa bibliográfica. De acordo com Selltitz (1974, p.62), um dos métodos muito úteis na pesquisa de variáveis importantes e hipóteses significativas em estudos exploratórios é uma resenha da ciência social afim e de outras partes pertinentes de literatura. O foco da resenha volta-se para hipóteses que podem servir para orientar pesquisas futuras.

“As hipóteses podem ter sido explicitamente apresentadas por pesquisadores anteriores; nesse caso, a tarefa consiste em reunir várias hipóteses apresentadas, avaliar sua utilidade como base para pesquisa mais ampla e verificar se surgem novas hipóteses. Mais freqüentemente, no entanto, um estudo exploratório se volta para uma área que ainda não foram formuladas hipóteses; nesse caso, a tarefa é resenhar o material disponível, procurando perceber as hipóteses que dele podem ser derivadas.” (Selltitz, 1974, p.63).

A pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa de caráter exploratório que se realiza para obter conhecimentos a partir de informações já publicadas. Assim, esse tipo de pesquisa consiste no exame das produções humanas registradas em livros, artigos e outros documentos, para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado assunto assumido como tema de pesquisa científica (Barros, Lehfeld, 1986; Ruiz, 1986). Lakatos e Marconi (1991) demonstram que o estudo bibliográfico permite resolver não apenas problemas já conhecidos, mas também explorar novas áreas, onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente.

O presente trabalho tem por meta verificar a origem dos valores da sociedade de mercado, e suas conseqüências sobre a sociedade capitalista contemporânea. Serão apresentadas as razões que levaram o atual paradigma social a um estado de crise e serão exploradas as novas possibilidades de organização social. É importante frisar o caráter exploratório e provocativo deste trabalho, uma vez que tem o intuito de gerar

reflexão acerca dos erros do passado e das possibilidades futuras aptas a abalar os contornos claros e definidos do paradigma atual. É preciso saber os motivos que levaram o homem a adestrar grandes massas da população mundial com o objetivos de obter a abundância material em detrimento do exercício da multidimensionalidade humana. É fundamental ter claramente definidas as razões que estão levando o nosso atual modelo de produção material a um estado de crise, para que os erros do passado não sejam repetidos neste momento de configuração de novos paradigmas para as relações sociais e produtivas.

## CAPÍTULO II

### 2. ÉTICA E MORAL

#### **2.1. O que é Ética, e o que é Moral.**

Atualmente fala-se repetidamente de ética nos mais diversos níveis da atividade humana, desde a investigação científica, até a atividade empresarial. Ao iniciar-se uma discussão sobre os fundamentos ético e morais da sociedade de mercado, é necessário definir, preliminarmente, o que se entende por ambos os conceitos.

A ética tem sido popularmente definida como o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal.

Popularmente, um indivíduo é considerado ético quando age moralmente, isto é quando age de acordo com os ditames de uma moral estabelecida. Tal indivíduo tem a capacidade de distinguir entre o que é socialmente considerado como bom ou mau, e opta por orientar seu comportamento de acordo com o que seus semelhantes julgam como sendo bom.

Neste sentido, o comportamento ético é um elemento fundamental para a coesão de determinado sistema social. A moral é a argamassa que mantém unidos os elementos de uma ordem social qualquer, estabelecendo os princípios básicos de relação e convivência pacífica e harmoniosa entre esses elementos.

Mas qual a distinção entre ética e moral?

De acordo com Adolfo Sánchez Vázquez (1996) a moral é um conjunto de normas, aceitas livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens. A moral estabelece um conjunto de instruções a serem utilizadas



pelos indivíduos na resolução de seus problemas práticos. A moral não define o que é ser bom. Ela apenas define o que cada indivíduo deve fazer em cada caso prático real.

A ética é uma ciência que estuda a moral dos homens em sociedade. Para Vázquez, a ética não cria a moral. A ética depara com uma experiência histórico-social no terreno da moral, ou seja, com uma série de práticas morais já em vigor e, partindo delas, procura determinar a essência da moral, sua origem, as condições objetivas e subjetivas do ato moral, a natureza e a função dos juízos morais, os critérios de justificação destes juízos morais e o princípio que rege a mudança e a sucessão de diferentes sistemas morais.

Uma vez que a moral compreende um conjunto de normas que regulam as relações entre os indivíduos, conclui-se que diferentes sociedades, com diferentes estruturas de relações (culturais, sociais, produtivas, econômicas), possuem diferentes valores morais. Cada sociedade possui o seu conjunto específico de valores morais. E como as relações sociais não são estáticas, mas mudam com o passar do tempo, da mesma forma a estrutura moral de uma sociedade não é fixa, mas se altera de tempos em tempos. Por isso é possível falar de uma moral da Antigüidade Clássica, de uma moral feudal, típica da Idade Média e de uma moral burguesa da sociedade capitalista.

Para Vázquez(1996), cabe à ciência da ética estudar a maneira pela qual ocorreu o processo de evolução dessas diferentes estruturas morais e como as “morais antigas” foram sendo substituídas pelas “novas”, mais aptas a responder as necessidades imediatas dos seres humanos.

Vale ressaltar que as estruturas morais “novas”, não necessariamente são melhores do que as “antigas”. Embora elas tenham um caráter temporal, a estrutura moral que ordena as relações humanas não evoluem necessariamente em escala ascendente. Por isso, nem sempre é possível afirmar que uma mudança nos princípios morais de uma sociedade implicam num progresso moral.

## **2.2. A Ética, a Moral e as Relações Sociais.**

Não é possível falar de ética ou moral quando tratamos do comportamento de indivíduos isolados. Qualquer tipo de ação ou comportamento de algum indivíduo que

não tenha qualquer tipo de contato com um semelhante, ou cuja ação ou comportamento não tenha efeito sobre a vida de um outro ser humano, não é passível de julgamento ético ou moral. Falar em comportamento ético somente passa a fazer sentido, quando tal comportamento tem influência sobre a vida de outras pessoas, ou seja, quando este comportamento passa a ser avaliado em relação ao bem ou ao mal que causa às outras pessoas.

Para exemplificar, poderíamos imaginar um naufrago em uma ilha deserta. Tal ilha dispõe de uma cobertura vegetal, uma pequena fauna e certa disponibilidade de água potável. Este naufrago poderia adotar uma atitude completamente irresponsável com relação à manutenção e conservação dos recursos escassos (necessários a sua sobrevivência) existentes na ilha. Mas mesmo assim, tal atitude não poderia ser considerada imoral, pois, a princípio, não estaria prejudicando nenhum ser humano a não ser ele mesmo. Neste caso o seu comportamento perdulário teria implicações apenas sobre sua própria vida. O comportamento desse indivíduo poderia ser, neste caso, julgado como insensato, mas não imoral.

Para fins de simplificação do exemplo podemos considerar que os exemplares da fauna e da flora existentes sobre a ilha não são raros, nem correm risco de extinção, pois se fosse esse o caso, isto implicaria em um comportamento imoral, uma vez que estaria afetando a vida dos demais seres humanos do planeta, na medida que estes ficariam privados do conhecimento de tais seres, bem como dos benefícios que tais seres promovem ao equilíbrio do sistema ecológico do planeta.

Mas, caso tivéssemos nesta ilha, dois naufragos, o comportamento irresponsável de um implica em risco de vida para ambos. Temos aqui que o comportamento de uma pessoa afeta a vida de outra. Neste caso, o comportamento de um dos indivíduos quanto ao uso inconseqüente dos escassos recursos da ilha pode ser julgado imoral.

Portanto, somente é possível falar de comportamento moral quando o homem começa a se relacionar com outras pessoas. Por isso, Vázquez (1996) afirma que a moral só pode surgir quando o homem passa a fazer parte de uma coletividade, ou seja, quando começam a haver relações sociais entre os seres humanos.

Mas além de fazer parte dessa coletividade, é preciso que o homem tenha consciência dessas relações, pois sem essa consciência, mesmo que pequena, ele não terá condições de perceber que existem normas sob as quais ele deve pautar seu comportamento, normas essas fixadas pela comunidade no intuito de perpetuar a existência da mesma. Sem tal consciência, ele não seria nada além de uma abelha numa

colmeia, cujo comportamento é orientado por imposições biológicas e genéticas. O que diferencia o ser humano dos demais seres vivos, o que transforma o homem num ser efetivamente “humano” é justamente sua capacidade de transcender tais comportamentos biologicamente determinados.

O ser humano é por vezes, classificado como um ser gregário, ao invés de social. Para alguns autores, os seres puramente sociais são aqueles que formam comunidades em função de imposições biológicas e genéticas. Tal é o caso das abelhas, das formigas e dos insetos de maneira geral. Os membros de tais comunidades não tem nenhuma individualidade. Dentro de tais comunidades existem inclusive diferentes “classes sociais” geneticamente determinadas, tendo os membros de cada classe um papel previamente definido no funcionamento da comunidade como um todo (por exemplo: abelhas operárias, zangões, rainha, etc.). Assim, cada membro da sociedade é apenas mais uma célula do tecido social, é apenas mais um tijolo da parede.

O ser humano estabelece relações sociais, porém tais relações, ao contrário dos insetos, não são impostas por uma herança genética. Também não existe uma diferenciação genética de classes, pois do ponto de vista biológico, todos os seres humanos são iguais entre si. Ao mesmo tempo, todos os seres humanos possuem uma individualidade, ou seja, eles não são apenas células, mas possuem vontades, desejos, sentimentos, inteligências e percepções de mundo próprias e individuais. Neste sentido os seres humanos são diferentes entre si, pois cada ser humano é único.

E é justamente por serem únicos que os seres humanos podem se comportar de maneiras completamente diferentes uns dos outros. Os seus desejos particulares, as suas vontades, os seus gostos, as suas percepções diferenciadas do que acontece no mundo que os rodeia, suas diferentes expectativas do que venha a acontecer no futuro; tudo isso implica em tendências de comportamento diferenciadas. Mas se os seres humanos, por serem únicos, tem uma tendência de apresentarem comportamentos distintos, pode-se perguntar o que os leva a agirem de maneira coletiva, estabelecendo suas primeiras relações sociais, uma vez que isso parece ir contra a sua natureza?

Muitos são os motivos que levam os seres humanos a agirem de maneira gregária, ou seja, a estabelecerem suas primeiras relações sociais autodeterminadas. Mas um dos preponderantes é justamente a insignificância do indivíduo frente às dificuldades impostas pela natureza no processo de sobrevivência. Comparado a outros seres vivos, o ser humano é biologicamente frágil, e tal fragilidade é superada através da ação coletiva.

Desde cedo o homem percebeu a necessidade de transformar a hostilidade do mundo que o rodeava em algo mais seguro para sua sobrevivência. Ao contrário dos outros animais, o ser humano, apesar da sua fragilidade biológica, apresentava a aptidão de transformar o mundo a sua volta. Ele pôde perceber as forças da natureza e pô-las a seu serviço. Foi através do trabalho que os homens começaram a transformar os elementos brutos fornecidos pela natureza em elementos úteis para a sua vida. Dessa forma o ser humano foi aos poucos contornando a sua fragilidade original frente a natureza.

Mas a precariedade da situação dos homens no início de sua história pelo mundo impôs ao trabalho um caráter coletivo. Os seres humanos se diferenciavam dos outros animais na medida em que tinham a capacidade de transformar a natureza, mas mesmo essa capacidade era insuficiente para garantir-lhes a sobrevivência, visto que as tecnologias que dominavam eram muito rudimentares. Por isso a união entre os homens tornou-se necessária. Ao assumir um caráter coletivo, o trabalho passa a ser fonte de normas e mandamentos.

“A própria fragilidade de suas forças diante do mundo que o rodeia determina que, para enfrentá-lo e tentar dominá-lo, reünam todos os seus esforços visando a multiplicar o seu poder. Seu trabalho adquire necessariamente um caráter coletivo e o fortalecimento da coletividade se transforma numa necessidade vital. Somente o caráter coletivo do trabalho e, em geral, da vida social garante a subsistência e a afirmação da gens ou da tribo. Aparece assim uma série de normas, mandamentos ou prescrições não escritas, a partir dos atos ou qualidades dos membros da gens ou da tribo que beneficiam a comunidade. Assim nasce a moral com a finalidade de assegurar a concordância e do comportamento de cada um com os interesses coletivos.” (Vázquez, 1996, p.28)

É no trabalho, portanto, que se encontra a origem dos primeiros preceitos de orientação moral dos homens. Através dessa moral foram estabelecidas as primeiras concepções de “bom” e “mau”. Era considerado bom tudo aquilo que contribuía para a união daquele grupo social primitivo, uma vez que tal união era extremamente necessária para a sua sobrevivência frente às dificuldades impostas pela natureza. De modo contrário, era considerado mau tudo aquilo que promovia ou incentivava a desunião e a corrosão das relações coletivas de trabalho.

Neste sentido é possível afirmar que as primeiras normas morais tinham por objetivo ajustar o comportamento de cada membro aos interesses da coletividade. Mas

uma das grandes limitações dessa moral primitiva era que os interesses coletivos sufocavam qualquer manifestação de interesse pessoal. Ou seja, o indivíduo era totalmente absorvido pelo coletivo. Não era concebível qualquer tipo de ação individual que fosse contrária as determinações da ordem coletiva. Ou seja, esta moral primitiva tentava transformar o homem numa mera célula do tecido social, com suas funções previamente determinadas. Essa moral tinha por objetivo “compensar” a falta das orientações instintivas determinadas por fatores genéticos presentes nos outros animais. Esta moral coletiva das primeiras sociedades tentava transformar os seres humanos em animais, na medida em que tentava anular a sua individualidade. Um membro de tal sociedade não seria muito diferente de uma abelha.

É óbvio que em tal sociedade, como não há espaço para o exercício da individualidade, não é possível falar em responsabilidade moral. Uma pessoa só pode ser moralmente avaliada em seu comportamento, se a ela é permitida a escolha de diferentes caminhos a seguir. Culpar um homem por uma ação cometida por ele numa sociedade com este tipo de moral coletivista seria o mesmo que culpar uma abelha por produzir mel.

## **2.3. A evolução da Moral.**

Com o gradual advento de novas tecnologias as sociedades primitivas foram elevando a produtividade do trabalho, o que possibilitou o aumento da produção material e a geração de uma quantidade de produtos excedentes. Agora os seres humanos estavam melhorando sua condição frente à natureza. Este novo cenário possibilitou que uma pequena parcela da sociedade não precisasse ficar constantemente engajada no processo de produção material. Criaram-se então, as condições de uma nova moral que permitia a alguns homens viver em sociedade sem trabalhar. Neste sentido, essa nova moral promoveu a desigualdade entre os homens.

Como mostra Vázquez (1996), a Grécia antiga e o Império Romano são o melhores exemplos para ilustrar este momento do desenvolvimento moral da humanidade. Nestas sociedades existiam duas grandes categorias de classes sociais: a dos escravos e a dos homens livres. Na verdade, pode-se afirmar que nestas civilizações

coexistiam duas morais: a dos escravos e a dos homens livres. Mas como esta última dominava a primeira, o Mundo Antigo ficou conhecido pela moral dos homens livres. Aos olhos dos homens atuais, a moral grega ou romana parece ser extremamente injusta, na medida em que permitia o uso e o comércio de seres humanos como mercadorias. Mas a moral desenvolvida por estes povos tem o mérito de libertar o indivíduo das determinações coletivas. Assim, é nestas sociedades que se encontra a origem da responsabilidade pessoal. Embora restrita a uma pequena parcela da população total, passa a existir nessas sociedades a liberdade para a escolha individual, e consequentemente, a responsabilidade moral.

Com o desaparecimento do mundo antigo e o advento do cristianismo, um novo modelo de organização social e econômica se estrutura na Europa. A moral desenvolvida nesta sociedade estava fortemente vinculada aos preceitos da Igreja Católica e legitimou uma estrutura social que também promovia a desigualdade entre os homens. Porém, a moral da Idade Média tinha um diferencial frente a Moral Antiga. A Igreja reconhecia que todos os homens eram iguais perante Deus, mas essa igualdade não se efetivava na vida terrena. A vida na Terra era permeada de desigualdades e injustiças. Cabe ao bom cristão, ou seja, ao indivíduo que segue os princípios morais do cristianismo, se conformar com sua situação terrena pois, após a sua morte, no plano divino, ele será recompensado. Dessa forma, os servos encontravam na religião a liberdade e a igualdade que na vida real lhes era negada.

A sociedade feudal promoveu a gestação de novas relações sociais estruturadas sobre uma nova moral que, entre outras coisas, deu origem a uma nova classe social: a classe burguesa. Tal classe social detinha a propriedade de meios de produção mais sofisticados que as antigas oficinas artesanais. Porém as antigas relações feudais constituíam um entrave para os interesses da nova classe. Para que a propriedade dos meios de produção constituísse uma vantagem, era necessário transformar muitos elementos e recursos da sociedade em objetos passíveis de compra e venda, ou seja, em mercadorias. Tais mercadorias precisavam estar à disposição do burguês num mercado. As relações sociais precisavam, agora, ser orientadas em função de novos valores morais de forma a ajustá-las às necessidades dessa nova classe social. Esses novos valores morais viriam a transformar uma instituição até então acessória da sociedade num novo mecanismo orientador das ações de todos os indivíduos. Tal instituição é o mercado.

## CAPÍTULO III

### 3. SOCIEDADE DE MERCADO

#### **3.1. O que é Mercado.**

Convencionalmente o mercado tem sido definido como um local, físico ou não, do encontro regular entre compradores e vendedores de uma determinada economia. É um local de encontro com a finalidade da permuta ou da compra e venda. Dentro do mercado, o processo de permuta ou compra e venda é permeado por um comportamento econômico baseado na barganha. O vendedor tenta vender sua mercadoria por um preço que lhe seja favorável, isto é, que lhe garanta uma remuneração vantajosa em relação ao seu custo de produção. Da mesma forma, o comprador espera obter uma mercadoria que venha a satisfazer suas necessidades, sendo que para isso ele pechincha pois está disposto a pagar o menor preço possível, porque agindo dessa maneira pode vir a maximizar sua satisfação geral.

Tal comportamento é típico do mercado, mas os economistas clássicos acreditavam que esse tipo de comportamento orientava toda a vida do ser humano. A tal concepção mercadológica de ser humano foi dado o nome de “Homem Econômico”. Acreditavam eles que o homem era um ser naturalmente dotado de uma moral egoísta que tenta obter o máximo de vantagens com o mínimo de esforço. Embora os seres humanos realmente possam se comportar de maneira egoísta ao tratar de assuntos econômicos, esta não é a sua verdadeira natureza.

Atualmente vive-se numa sociedade em que o mercado já se encontra tão arraigado nas relações cotidianas que fica difícil distinguir algum ponto onde ele ainda não exerça sua influência. Boa parte das pessoas na sociedade capitalista contemporânea nem se apercebe que suas ações são em grande parte determinadas por uma instituição

que promove como valor moral o egoísmo. O mercado está tão presente em todos os momentos da vida humana que, para o cidadão comum, ele é imperceptível. Ele faz parte do dia-a-dia dos homens de uma forma tão íntima que a sua presença não é mais questionada. Na verdade, não é sequer lembrada. O mercado, hoje, é como o ar que se respira. Na maior parte do tempo os homens nem se dão conta de que ele existe, ao mesmo tempo em que a sua existência é imprescindível para a sobrevivência da espécie. Em tal cenário é compreensível que o comportamento normal das pessoas seja equivalente ao do “Homem Econômico”.

### **3.2. A Economia sem o Mercado.**

Fica difícil imaginar atualmente um modelo de sociedade sem a presença do mercado. É quase como tentar imaginar a manutenção da vida num planeta sem ar. Na verdade a instituição do mercado é muito antiga. Existem registros de que ele tenha existido desde a Idade da Pedra. Porém, até o início da Revolução Industrial, o seu papel era apenas incidental na organização da vida econômica.

Obviamente, nenhuma sociedade pode sobreviver por qualquer período de tempo sem algum tipo de organização econômica, ou seja, sem algum procedimento para a produção e distribuição de riquezas necessárias à manutenção da sobrevivência de seus membros. Mas uma organização econômica pode perfeitamente subsistir sem a presença do mercado, ou pelo menos sem que este se transforme na instituição orientadora das demais relações sociais. De fato, anteriormente ao desenvolvimento da sociedade capitalista, não existiu nenhuma economia que fosse controlada pelo mercado.

Adam Smith afirmou que a riqueza das nações dependia, entre outras coisas, da divisão do trabalho, e que este, por sua vez, dependia da existência de mercados, ou seja, da propensão do homem a barganhar, permutar e trocar uma coisa pela outra. Deve-se observar o fato de que a expressão “barganha” também pode significar uma transação fraudulenta, que envolve trapaça. No caso das operações comerciais realizadas nos mercados esta barganha significa que se tolera que um dos membros da transação saia lucrando enquanto outro saia perdendo. O mercado é o espaço para o



exercício do egoísmo e como tal ele pode implicar em ganhos ou perdas para as partes envolvidas.

Mas até a época de Adam Smith esta propensão do homem a barganhar não tinha se manifestado em escala considerável mesmo na sociedade européia. O mercado permanecia como um aspecto subordinado da vida econômica.

Nas sociedades anteriores ao capitalismo, a estrutura econômica estava submersa nas relações sociais. Como Vázquez mostra, nas sociedades primitivas a moral apresentava um caráter coletivo que sufocava qualquer manifestação de interesse pessoal. Neste sentido, as relações econômicas existiam, mas não se subordinavam ao interesse pessoal. Elas existiam para salvaguardar a situação social, as exigências sociais e patrimônio social. A economia era determinada pelas necessidades sociais dos homens. Nessas sociedades existia um sistema econômico, mas ele não determinava as relações sociais. Na verdade, o sistema econômico era determinado pelas relações sociais. Tal sistema era movido por motivações não econômicas.

Para Polanyi (1980), todos os sistemas econômicos conhecidos, até o fim do feudalismo, foram organizados por princípios de reciprocidade, redistribuição, ou da domesticidade. Dessa forma a produção e distribuição de bens era assegurada por uma grande variedade de motivações individuais disciplinadas por princípios gerais de comportamento. O funcionamento do sistema econômico era garantido pelos costumes, pela lei, pela magia, e pela religião. O mercado e a motivação pelo lucro apareciam apenas incidentalmente e não eram os orientadores das relações sociais.

Segundo o princípio da reciprocidade um homem deve garantir o sustento de seus familiares e parentes mais próximos. O bom cidadão, segundo este princípio, é, por exemplo, aquele que entrega os melhores frutos do seu trabalho para um parente e sua família. Ele abre mão de um benefício material imediato, mas assegura a continuidade da organização familiar. De acordo com Polanyi, tais atos muitas vezes eram acompanhados de uma espécie de etiqueta ou cerimonial, com o objetivo de enaltecer a boa ação praticada pelo membro da sociedade. Era uma forma de reconhecer o sacrifício pessoal do indivíduo e um incentivo a continuidade dessa forma de comportamento. O autor relata casos de sociedades cujas economias eram baseadas no princípio da reciprocidade e que acabaram por desenvolver uma intrincada relação de troca de mercadorias que poderia ser descrita como comércio, mas que não era comércio propriamente dito, pois nessas relações não existia a figura do lucro.

“Descrevemo-lo como um comércio, embora ele não envolva qualquer lucro, quer em dinheiro ou em espécie. As mercadorias não são acumuladas, nem mesmo possuídas permanentemente; o gozo dos bens recebidos está justamente em poder dá-los em seguida; não existe nenhuma disputa ou controvérsia, e nem barganha, permuta ou troca. Todo o processo é regulado inteiramente pela etiqueta e pela magia. (...) Ora, um toma-lá-dá-cá sistemático e organizado de objetos valiosos transportados a grandes distâncias é descrito justamente como comércio. Entretanto, essa totalidade complexa é dirigida exclusivamente em termos de reciprocidade. Um intrincado sistema de tempo-espço-pessoa, que cobre centenas de milhas e diversas décadas, e que liga muitas centenas de pessoas em relação a milhares de objetos estritamente individuais, é aqui manipulado sem que existam registros ou administração, e também sem qualquer motivação de lucro ou permuta. O que domina não é a propensão à barganha mas à reciprocidade no comportamento social. O resultado, no entanto, é uma realização organizacional estupenda na área econômica.” (Polanyi, 1980,p. 65)

O princípio da redistribuição implicava na entrega do excedente da produção material da sociedade a um chefe geral da aldeia. Este chefe se incumbia do armazenamento destes bens que eram redistribuídos sob a forma de presentes em atividades de confraternização como festas, danças, cerimoniais e recepções de visitantes, etc. Tal comportamento exercia diversas funções econômicas como a divisão do trabalho, o comércio exterior, a taxaço para finalidades públicas, as provisões para defesa, etc. Mas estas ações econômicas estavam absorvidas pelas motivações não econômicas. A produção e a distribuição da riqueza pela sociedade não era um objetivo previamente planejado. Era, praticamente, um efeito colateral das relações sociais e culturais.

Finalmente, o princípio da domesticidade consiste na produção para uso próprio. De acordo com Polanyi, este princípio é posterior aos outros dois e surgiu em sociedades que já apresentavam um nível mais avançado de agricultura. Mas o indivíduo que produz para si próprio não deve ser confundido com um selvagem individualista que procura alimentos ou caça para si mesmo. O princípio da domesticidade nada tem em comum com a motivação do ganho. Este princípio determinava a produção e o armazenamento para a satisfação das necessidades dos membros do grupo.

Com o início do mercantilismo, os mercados aumentam em número e importância, mas mesmo nesse período ainda não se configura um ordenamento social em função das relações de barganha com o objetivo de lucro.

### **3.3. Os tipos de Mercado.**

A instituição do mercado é muito antiga, mas isso não significa que ele estivesse vinculado a uma organização econômica. Assim como uma economia pode sobreviver independente do mercado, da mesma forma um mercado pode sobreviver independente de uma economia.

Como mostra Polanyi (1980, p.73) o mercado é um local de permuta de mercadorias ou de compra e venda, caso haja dinheiro intermediando essas trocas. O mercado pode oferecer aos indivíduos que dele participam, a possibilidade de fazer uso de sua propensão a barganhar e regatear. Mas isto não é uma condição fundamental dos mercados. Ao indivíduo é permitido barganhar, mas ele não é obrigado a barganhar. Portanto, o mercado não é necessariamente competitivo. O mercado não necessariamente conduz ao lucro de uma das partes envolvidas e ao prejuízo da outra.

Analisando a origem dos mercados Polanyi identifica três categorias principais: os mercados externos, os locais e os internos. De acordo com o autor os dois primeiros modelos de mercado não são competitivos, portanto não incentivam a barganha, a esperteza e o egoísmo.

Parece insano acreditar que o mercado externo não tem por objetivo a busca de lucros. Atualmente, o exercício da barganha tem sido uma constante nas relações de comércio internacional. Mas até a Idade Média o Comércio Internacional não tinha esses objetivos. Se hoje as relações econômicas internacionais estão contaminadas por um jogo de poder que leva a ganhadores e perdedores, isso é uma consequência da recente subordinação de todos os aspectos da vida humana associada aos valores do mercado competitivo. Mas a origem do comércio internacional nada tem a ver, segundo Polanyi, com a competição.

A explicação é simples. As economias, na sua origem, não poderiam depender do comércio internacional. Em função da tecnologia rudimentar da época, não é

possível conceber um sistema econômico que dependesse substancialmente do comércio com povos distantes. A economia interna de tais sociedades era praticamente auto-suficiente, de forma que o comércio externo praticamente não se relacionava com a organização interna da economia. O comércio externo existia, mas não era fundamental a sobrevivência daquela sociedade. “O comércio exterior sempre esteve mais ligado à aventura, exploração, caça, pirataria, e guerra do que à permuta.” (Polanyi, 1980, p.74).

Os mercados locais, que constituem as trocas entre os membros de uma mesma comunidades ou de comunidades próximas, também não são a origem da difusão de valores competitivos pelo mundo. É bem verdade que nestes mercados locais era possível o exercício da barganha e a obtenção do lucro porém, sobre esse tipo de atividade havia um tabu muito forte. O mercado local foi cercado por mecanismos de proteção que tinham por objetivo evitar que os valores praticados dentro dele contaminassem as outras relações sociais. As atividades dentro do mercado eram marcadas por inúmeras cerimônias e rituais no sentido de controlar o comportamento dos seus integrantes. Para Polanyi, as cidades se desenvolveram ao redor dos mercados pois tinham o objetivo de “conter” os valores praticados dentro deles, ou seja, tinham a função de evitar que esses valores contaminassem o restante das relações sociais nos campos. Deve-se ter em mente que naquela época, uma minoria da população vivia em centros urbanos. Boa parte da população vivia nos campos.

Polanyi mostra até que ponto pode chegar a precaução de algumas sociedades contra a disseminação dos valores do mercado:

“O mercado deve ser visitado regularmente nos dias de mercado. Se qualquer ocorrência impedir a abertura do mercado por alguns dias, os negócios não serão retomados até que a praça do mercado tenha sido purificada. Qualquer ocorrência na praça do mercado que envolva derramamento de sangue exige a imediata expiação. A partir desse momento não é permitido a qualquer mulher abandonar a praça do mercado, e nenhuma mercadoria pode ser trocada; tudo tem que ser muito bem limpo antes de ser levado para fora e usado como alimento. Pelo menos um bode tem que ser sacrificado imediatamente. Se uma mulher der à luz ou abortar na praça do mercado, é necessária uma expiação ainda mais séria e mais dispendiosa. Nesse caso é necessário o sacrificio de um animal leiteiro. Além disso, o ambiente doméstico do chefe tem que ser purificado com o sangue do sacrificio de uma vaca leiteira. Todas as mulheres

do campo têm que ser aspergidas, distrito por distrito”. (Thurnwald, apud Polanyi, 1980, p. 76).

Todo este conjunto de tabus torna difícil a expansão dos mercados locais e a disseminação da competição e da barganha. Os mercados locais não reduziram o sistema econômico a seus padrões. Eles não são responsáveis pela subordinação das relações sociais aos ditames do mercado competitivo.

Polanyi afirma que a única estrutura de mercado verdadeiramente competitiva era o mercado interno ou nacional. Mas este não evoluiu a partir dos mercados locais. Os mercados nacionais foram artificialmente criados.

Diferentemente do comércio externo e do local, o comércio interno é essencialmente competitivo pois mercadorias similares, de fontes diferentes, são oferecidas em competição umas com as outras. Mas na Europa medieval existia uma clara separação entre o comércio local e o de longa distância. Nas cidades européias da Idade Média o comércio local era organizado e controlado pela nascente classe burguesa. Esse controle era exercido por meio de uma regulamentação das atividades de comércio, que exigia, entre outras coisas, a publicidade obrigatória das transações e a exclusão de intermediários de forma a impedir a elevação de preços. Porém esse controle não era efetivo sobre os mercadores de longa distância.

Nas cidades, a produção local era determinada pela necessidade dos produtores, ficando, da mesma forma que o comércio, sob rígido controle e regulamentação dos burgueses locais. Mas a produção para exportação não encontrava limites e era apenas formalmente controlada pelas corporações de artesãos. Estes formaram uma nova classe social de capitalistas atacadistas que produziam para a exportação, promovendo as bases de um comércio nacional. Mas estes mercadores/produtores (capitalistas atacadistas) representavam uma ameaça à classe burguesa que comandava o comércio local. Por esse motivo os burgueses das cidades medievais, temendo a competição, criaram todo o tipo de barreiras para evitar a criação do mercado nacional ou interno.

Como as resistências à criação deste mercado nacional eram muito fortes, houve a necessidade de intervenção estatal deliberada para a sua formação. A formação do mercado nacional era vista como uma necessidade do Estado Mercantilista da época que percebia neste instrumento um mecanismo para a canalização de todos os recursos do território nacional com o objetivo de estabelecer e fortalecer um poder soberano.

Mas a formação do mercado nacional trazia como efeito colateral o monopólio e a competição, ambos vistos como perigosos na sociedade da época. A solução encontrada pelo Estado Mercantilista foi a extrema regulamentação em escala nacional de todas as atividades econômicas. Atualmente, a extrema regulamentação dos mercados tem sido vista como um dificultador das relações econômicas, mas nos séculos XV e XVI ela era necessária para a própria preservação do mercado. Como ainda era uma instituição muito frágil, econômica e moralmente, ela precisava ser preservada de grandes flutuações às quais estaria a mercê sem a regulamentação estatal.

“Cada passo que o Estado tomava para livrar o mercado de restrições particularistas, tributos e proibições, punha em perigo o sistema organizado de produção e distribuição, o qual se via agora ameaçado por uma competição não regulada e pela intrusão de aventureiros que ‘esvaziavam’ o mercado mas não ofereciam nenhuma garantia de permanência. Ocorreu assim que, embora os novos mercados nacionais até certo ponto fossem competitivos, inevitavelmente, o que prevalecia era o aspecto tradicional da regulamentação e não novo elemento da competição”. (Polanyi, 1980, p.80)

Esta observação poderia muito bem ser aplicada aos dias atuais onde o Estado deliberadamente derruba a regulamentação que protege a organização produtiva e o mercado nacional no intuito de ajustá-lo e inseri-lo num mercado globalizado.

Assim, pode-se afirmar que o mercantilismo liberou o comércio do particularismo, mas ao mesmo tempo o regulamentou e com isso evitou o monopólio e a concorrência. Até o fim do mercantilismo, o mercado e a economia permaneciam subordinados às relações sociais.

### **3.4. O Livre Mercado.**

Durante a Idade Média, a produção industrial era organizada e controlada pelos burgueses ricos das cidades. Com o surgimento do mercantilismo e a promoção do mercado nacional pela figura do Estado, a produção industrial deixou de estar restrita aos limites da cidade. Matérias primas poderiam ser adquiridas em outras regiões do país, assim como a produção poderia ser vendida em diversas cidades.

Nesta época, a produção industrial foi se colocando cada vez mais sob a liderança organizadora do mercador pois ele era uma figura central que tinha uma percepção clara tanto da oferta quanto da demanda pelos mais diferentes tipos de mercadorias sobre uma vasta extensão do território nacional. A classe burguesa da cidade ficava circunscrita a um universo limitado e dessa forma não sabia onde encontrar os melhores insumos pelos melhores preços, assim como não se preocupavam em produzir um excedente para ser comercializado além dos limites da cidade.

Este modelo de produção não envolvia nenhum tipo de instalação industrial muito complexa. Na verdade, muitos trabalhadores eram, nesta época, proprietários dos seus próprios instrumentos de produção. Para o mercador capitalista, este tipo de organização da produção não implicava em riscos muito elevados, pois o volume de capital necessário não era significativo.

O mercador não precisava fazer investimentos de capital, ele apenas organizava a produção. Com o conhecimento que tinha, ele conseguia identificar demandas por determinados tipos de mercadorias. Sabia também onde encontrar a matéria prima. Só o que fazia, era contratar aldeões, com suas próprias ferramentas de trabalho, e dessa forma coordenava a produção. Esta, uma vez pronta, era vendida com o objetivo do lucro. Como exemplo tem-se a indústria da lã na Inglaterra do século XVIII que era organizada pelo negociante de tecidos.

O mercador já não se preocupava com o reconhecimento pessoal decorrente de atitudes recíprocas de ajuda mútua. O que o movia, também não era orgulho do exercício da profissão nem a satisfação do elogio público. O que determinava as ações do mercador era simplesmente o lucro, motivo este extremamente familiar a uma pessoa cuja profissão é comprar e vender. Por isso, Polanyi afirma que até o final do século XVIII, a produção industrial na Europa Ocidental já era um mero acessório do mercado.

Deve-se observar que até este ponto apenas a produção estava subordinada ao mercado. As demais relações sociais ainda mantinham relativa autonomia. O que começou a mudar esse cenário foi a introdução de maquinaria complexa e dispendiosa que não poderia mais ser adquirida pelos trabalhadores. O próprio mercador precisou adquirir tais equipamentos caso quisesse ampliar sua produção e, em consequência, seus lucros. Mas a compra dessa maquinaria implicava em riscos elevados. Essas máquinas e equipamentos precisariam estar permanentemente em funcionamento, para que seus custos fossem amortizados.

“Não foi o aparecimento da máquina em si mas a invenção de maquinarias e fábricas complicadas e, portanto, especializadas que mudou completamente a relação do mercador com a produção. Embora a nova organização produtiva tenha sido introduzida pelo mercador — fato esse que determinou todo o curso da transformação —, a utilização de maquinarias e fábricas especializadas implicou no desenvolvimento do sistema fabril e, com ele, ocorreu uma alteração decisiva na importância relativa do comércio e da indústria, em favor dessa última. A produção industrial deixou de ser um acessório do comércio organizado pelo mercador como proposição de compra e venda; ela envolvia agora investimentos a longo prazo, com os riscos correspondentes, e a menos que a continuidade da produção fosse garantida, com certa margem de segurança, um tal risco não seria suportável”. (Polanyi, 1980, p.87)

Na sociedade do século XVIII era muito difícil e arriscado manter as máquinas funcionando o tempo todo. Para isso seria necessário o fornecimento ininterrupto de todos os insumos produtivos (trabalho, terra e dinheiro). A única maneira de garantir o fornecimento contínuo destes elementos era disponibilizá-los para a venda, ou seja, transformá-los em mercadorias.

Num sistema capitalista, as mercadorias são produzidas para a venda, pois é na venda que se realiza o seu valor de troca, e a possibilidade de lucro do capitalista. Mas o trabalho, a terra e o dinheiro não são mercadorias pois não são produzidos com o objetivo de venda. Durante a Idade Média, a terra nunca foi objeto de compra e venda. O mesmo acontecia com o trabalho. As relações de trabalho, os salários dos trabalhadores, a relação entre mestres e aprendizes, tudo era regulamentado pelo costume e pelas regras da guilda e da cidade.

Conforme Polanyi, trabalho é sinônimo de atividade humana, e esta não pode ser destacada do resto da vida, que por sua vez não pode ser armazenada nem produzida para a venda. A terra é sinônimo de natureza, que não é produzida pelo homem. E o dinheiro é um símbolo do poder de compra que também não é produzido para venda.

Assim, o problema da produção industrial em larga escala foi solucionado com a criação de uma ficção. A ficção de que terra, trabalho e dinheiro são mercadorias. Esta era a única maneira de diminuir os riscos envolvidos na produção, uma vez que na situação de mercadorias, estariam disponíveis para compra por parte do capitalista.

Mas transformar homens em mercadorias implicava em deixá-los a mercê das flutuações de preços. Suas vidas iriam depender de um mecanismo cujo objetivo



principal é o lucro. Para Polanyi, fazer com que o mecanismo de mercado fosse o único dirigente do destino dos seres humanos implicaria no desmoronamento da sociedade.

“Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do ‘homem’ ligado a essa etiqueta. Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e arredores, poluídos os rios, a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas. Finalmente, a administração do poder de compra por parte do mercado liquidaria empresas periodicamente, pois as faltas e excessos de dinheiro seriam tão desastrosos para os negócios como as enchentes e as secas nas sociedades primitivas”. (Polanyi, 1980, p. 85)

Assim, as instituições sociais da época precisaram ser desarticuladas para dar lugar as organizações industriais complexas. A sociedade tinha finalmente se transformado num apêndice do mercado. As relações de trabalho, as formas de vida e os homens de modo geral são, a partir desse momento, um acessório do sistema econômico.

## CAPÍTULO IV

### 4. A MORAL DA SOCIEDADE DE MERCADO

#### **4.1. A amplitude dos Valores do Mercado.**

Pelo que foi visto até agora, sabe-se que a instituição do mercado é anterior ao modo capitalista de produção. Além disso, o mercado é um local onde existe a possibilidade, embora isso não ocorra necessariamente, do exercício da “esperteza”, do regateio, do egoísmo, da busca da vantagem pessoal e do lucro. Até a própria Bíblia está repleta de exemplos de personagens que buscavam o enriquecimento pessoal em detrimento da preocupação com o próximo. Por isso, não se pode atribuir ao capitalismo a existência de pessoas egoístas.

Na verdade, como a psicologia mostra atualmente, o egoísmo, de certa forma faz parte da natureza humana. Toda criança, ao nascer, julga ser o centro do universo. Ela acredita que as pessoas ao seu redor existem unicamente para satisfazer suas necessidades. Mas, a medida que cresce e passa a interagir com outras pessoas, vai gradualmente percebendo que o universo é maior do que sua concepção inicial, e passa a compreender também, que nele existem pessoas cuja vida é completamente independente da sua própria. Num processo de socialização sadio, o indivíduo vai aos poucos percebendo que no universo onde ele vive, existem outras pessoas, e que todas elas possuem necessidades e desejos. Percebe também que para a convivência harmoniosa entre todas essas pessoas é necessária a existência de um respeito mútuo pois a liberdade de um termina quando começa a liberdade do outro.

Atualmente, uma personalidade extremamente egoísta é considerada, pela psicologia, normal na primeira infância, mas uma patologia na idade adulta. Pessoas egoístas sempre existiram, seja no capitalismo, seja na Idade Média, seja nos tempos

Bíblicos. É possível afirmar que a própria sociedade humana passa por um processo de amadurecimento, pois os homens já se julgaram a imagem e semelhança de Deus e acreditaram que o seu planeta era o centro do universo. A ciência veio a mostrar que a Terra e o Sistema Solar nada têm de especial frente a vastidão do universo, e que o homem e o macaco têm um ancestral comum.

“O ‘impulso para o ganho’, a ‘ânsia do lucro’, de lucro monetário, de lucro monetário o mais alto possível, não tem nada a ver em si com o capitalismo. Esse impulso existiu e existe entre garçons, médicos, cocheiros, artistas, prostitutas, funcionários corruptos, soldados, ladrões, cruzados, jogadores e mendigos — ou seja, em toda espécie e condições de pessoas, em todas as épocas de todos os países da Terra, onde quer que, de alguma forma, se apresentou, ou se apresenta, uma possibilidade objetiva para isso.” (Weber, 1992, p.4).

Pode-se afirmar então que a instituição do mercado compreendia valores morais próprios. Dentro do mercado o egoísmo era tolerado. Mas na maior parte da história humana os valores do mercado eram vistos como perigosos para as demais instituições sociais. Este é o motivo que levou Santo Agostinho a afirmar que nenhum cristão deveria ser mercador e a São Tomás de Aquino condenar o lucro e a usura. A própria preocupação desses filósofos em condenar essas ações consideradas pecaminosas comprova a existência das mesmas na sociedade da época. Na visão desses filósofos da Idade Média, a busca pela satisfação material era um pecado pois desviava a atenção dos motivos mais nobres da existência humana. É bem verdade que a moral da Igreja Católica durante a idade média colaborou para a manutenção de uma estrutura social injusta aos olhos de hoje, mas é inegável que a sua aversão ao lucro conteve a evolução das atividades mercantis até o início do Renascimento.

A Igreja Católica não foi a única a condenar as atividades egoístas dos homens. Na antigüidade grega as preocupações econômicas eram consideradas de pouca importância e consistiam basicamente em princípios de gestão doméstica. O desprezo dos cidadãos gregos ao trabalho e ao acúmulo de riquezas materiais era tal que os escravos eram encarregados dessa tarefa. Isso não quer dizer que os cidadãos gregos abdicavam da riqueza material. Esta era considerada como uma necessidade mas não era o objetivo maior da vida humana. A riqueza material era um meio, mas não era o fim. Aristóteles criou o termo *crematística* para designar a ciência preocupada com o desenvolvimento de métodos para a maior produção e acúmulo de riquezas materiais.

Mas condenava a usura e a hipertrofia das trocas quando essas passam a ter como fim único a acumulação de dinheiro. Neste caso, segundo Aristóteles, o dinheiro perde sua função essencial e se transforma num fim em si mesmo.

O mercado existe desde os tempos pré-históricos, e desde aquela época possui seu código moral próprio que tolera a ganância a mesquinhez a avareza e a ambição. Ocorre porém que nas sociedades pré-capitalistas o mercado nunca ocupou um lugar de destaque entre as demais instituições sociais. Por ser visto como potencialmente perigoso, era mantida à distância e sob rigoroso controle. Como as atividades de troca não podiam ser evitadas o mercado chegava a conviver com outras organizações da sociedade.

Vázquez mostra que no mundo antigo coexistiam duas morais: a dos homens livres e a dos escravos. Estes últimos tinham sua própria visão de mundo e suas próprias concepções de certo e errado. Mas foi a moral dominante dos homens livres que foi escrita nos textos dos grandes filósofos clássicos e é por essa moral que hoje se reconhece os valores da Grécia Antiga.

Dentro dessa linha de raciocínio pode-se afirmar que até o período mercantilista existiam dois códigos morais em funcionamento nos diferentes tipos de sociedade que existiram até então. O primeiro código moral era o da classe dominante. Na antiguidade, era o código moral dos homens livres e na Idade Média, era o código do Clero e da Nobreza. O segundo código moral era o do mercado. Este era muito mais fraco, tinha hora e local certos para acontecer, e nunca chegou a ameaçar o código moral dominante, justamente porque era mantido sob rigoroso controle. O mercado e o egoísmo sempre existiram, mas até o surgimento do capitalismo, nunca chegaram a solapar as bases da estrutura moral dominante.

Mas este cenário muda completamente com o início da Revolução Industrial. Para atender às necessidades da nascente indústria de larga escala, todos os meios de produção precisariam estar permanentemente à disposição do capitalista, ou seja deveriam estar à venda. Mas para que isso acontecesse, uma ruptura dos valores morais se fazia necessária.

## 4.2. O Liberalismo.

Os valores morais da Idade Média, embora sujeitassem os servos aos senhores feudais e aos membros do clero, de certa forma garantiam a sobrevivência do indivíduo. As corporações de ofício, entre outras instituições da Idade Média, atuavam no sentido de dar uma formação ao trabalhador, garantiam uma atividade, e dessa forma, forneciam uma fonte de renda. Em nenhuma forma de organização social anterior ao capitalismo, o indivíduo ficava completamente desprotegido e tinha sua sorte determinada pelas flutuações inconstantes do mercado.

Mas esta moral, que até certo ponto preservava a vida humana, mesmo que em condições materiais pouco favoráveis, se mostrava um entrave aos novos modelos de estruturas produtivas. Uma nova moral precisava tomar o lugar da antiga. E a moral liberal veio a calhar para o novo modelo industrial.

Assim como o mercado, os ideais do liberalismo também são anteriores ao capitalismo. As origens do pensamento liberal se encontram nas primeiras concepções sobre ética criadas pelos gregos. Foi Aristóteles, na “Ética a Nicômaco”, que formulou o primeiro tratado sistemático da ética, fundado na idéia de que o comportamento humano é regulado por valores, elaborados pela razão, com vistas a atender ao bem da coletividade e do indivíduo, considerado um animal essencialmente político.

Segundo a tradição grega, o conceito de ética está profundamente ligado ao conceito de liberdade. Não existe ética sem liberdade, pois não existe ética sem que haja um indivíduo auto-consciente e autônomo, capaz de perceber a realidade social na qual se encontra submetido. O ser humano só age eticamente quando aceita livremente as normas de conduta de uma sociedade. Não se pode julgar eticamente um indivíduo quando ele é compelido a agir de determinada maneira por forças externas a ele. Tal concepção de ética predomina ainda hoje e é partilhada por Vázquez. (1996, p. 91).

Essa percepção da liberdade como ingrediente necessário à conduta ética acabou por ser eclipsada pelos valores morais da Igreja Católica durante a Idade Média. Nesse período, a conduta ética passa a ser determinada pelo ajustamento aos ensinamentos divinos. Mas a concepção grega de ética serve de inspiração para o pensamento liberal moderno que resurge com o Renascimento. Com a gradativa perda de poder da Igreja os homens começam a se dar conta de que muitas de suas concepções sobre o mundo e a natureza das coisas era determinada pelo Clero. Percebem que muitas de suas ações, por

serem delimitadas pelos mandamentos religiosos, não eram auto-determinadas. Começou a tomar forma na sociedade uma certa percepção de que a estabilidade e o progresso da sociedade somente seriam garantidos com a expansão da liberdade individual, pois somente tendo liberdade o indivíduo seria autônomo, podendo ele mesmo, ao invés da Igreja, decidir os rumos de seu destino.

“O homem liberal foi produto do Renascimento, quando, mais uma vez na história da cultura ocidental, a natureza humana foi explicada como sendo essencialmente antropocêntrica. Logo, a primeira tese filosófica do liberalismo foi o naturalismo, entendido como a expressão da opção do homem pela busca da felicidade na sua vida terrena, rompendo a sua subordinação a Deus”. (Barreto, In: Davel & Vasconcelos, 1996, p.34).

Como não estavam mais presos às leis da Igreja, os homens se sentem livres para empreender novos estudos para a descoberta de leis da natureza. Tentar entender as leis da natureza na Idade Média era uma ameaça ao domínio da Igreja Católica, pois ela não poderia mais justificar desastres naturais como ira Divina. Com a liberdade recentemente adquirida, os estudos científicos daí decorrentes mostraram aos cientistas da época que os fenômenos naturais não ocorrem ao acaso, mas apresentam padrões de comportamento passíveis de mensuração. Com isso, foram descobertas muitas leis da natureza. A compreensão das leis da natureza se mostrou muito útil para a melhora da condição humana na Terra. Catástrofes previsíveis passaram a ser evitadas, e as forças da natureza foram postas a trabalhar para o homem. A Razão passou a tomar o lugar das concepções místicas e folclóricas sobre os fenômenos naturais.

Os benefícios decorrentes das descobertas das leis naturais impregnou todas as ciências da época, inclusive uma ciência que estava nascendo, a Economia. Uma das primeiras concepções científicas de economia, a Escola Fisiocrata, acreditava na existência de uma Ordem Natural no ordenamento das atividades econômicas. Tal crença era derivada da percepção naturalista de homem surgida no Renascimento. Segundo essa Ordem Natural, o Universo é regido por leis naturais, absolutas, imutáveis e universais, desejadas pela Providência Divina para a felicidade dos homens. Cabe aos homens descobrir essa Ordem pelo uso da Razão. Essa Ordem Natural coordena os fenômenos naturais, bem como os fenômenos econômicos. Seguindo essa linha de raciocínio, tanto a lei da gravidade quanto as ações econômicas da sociedade seguem

seu curso próprio. A natureza é sábia e deve saber o que faz. Interferir nessa Ordem Natural parece tão insano quanto tentar revogar a lei da gravidade.

Em função disso, os Fisiocratas advogam que não deve haver qualquer tipo de interferência por parte do Estado na ordem econômica. Fazê-lo seria uma tentativa de interferir na natureza e ir contra a Providência Divina. Tem-se agora um fundamento científico e racional para o *Laissez-faire, laissez-passer*.

Além do racionalismo e da idéia de ordem natural, o credo liberal promoveu o individualismo pois considerava cada ser humano um indivíduo, e como tal ele tinha uma importância relativa superior à do Estado. Nesse sentido, o Estado passou a ser considerado um mal necessário. De acordo com a ética individualista, todos os homens, são por natureza egoístas, motivados apenas por interesses próprios. Deveriam, segundo essa doutrina, ser deixados livres, sem leis restritivas nem favorecimentos, pois assim se desenvolveriam as potencialidades naturais de cada indivíduo. A ação conjunta desses indivíduos egoístas levá-los-ia a inadvertidamente promover o bem comum. Estavam criadas assim as bases filosóficas do *homo economicus*, que serviriam de fundamento para o entendimento da ação econômica do ser humano.

### **4.3. Uma nova Moral para uma nova Sociedade.**

Para a consolidação da moral da nova sociedade capitalista realizou-se a união de dois elementos anteriores ao sistema capitalista: o mercado e a ideologia liberal. O mercado sempre foi o espaço para exercício do egoísmo, mas durante séculos ele foi apenas um acessório das relações sociais, permanecendo sob rigoroso controle. A ideologia liberal, em seu princípio, pregava a liberdade do ser humano frente a instituições mais poderosas que ele, como por exemplo, o Estado. Segundo essa concepção, somente existiria comportamento ético se existisse liberdade, pois somente pela liberdade o indivíduo seria autônomo e poderia ser moralmente responsabilizado pelos seus atos.

Para atender as necessidades utilitárias do novo modelo de sociedades em implantação, o conceito de liberdade foi distorcido. A liberdade originalmente destinada ao indivíduo foi direcionada para o mercado. Em outras palavras, pode-se dizer que o

sistema capitalista promoveu a liberdade dos valores morais exercidos dentro do mercado, os seja, a liberdade da cobiça, do egoísmo, do regateio, da trapaça e da esperteza. O que antes estava preso e fortemente vigiado pelas instituições sociais, agora estava livre, e além disso, serviu de fundamento para a estruturação das novas instituições sociais. O que era considerado errado passou a ser considerado certo e o que era certo agora era errado.

Obviamente os arautos do novo modo de produção proclamavam as vantagens desse comportamento antes considerado hediondo, afirmando que os vícios privados conduzem a benefícios públicos. A Ciência Econômica teve um papel muito importante nesse processo de divulgação e promoção dos novos valores morais. Segundo Adam Smith, uma das grandes vantagens dessa sociedade sobre os modelos anteriores era a de que a liberdade de ação atuando conjuntamente com os valores do mercado permitiria uma alocação ótima dos meios de produção, de modo que a produção material fosse maximizada, o que traria como contrapartida a maximização do bem-estar humano. Dessa forma, o exercício livre do egoísmo pela sociedade, traria como efeito colateral a maximização da felicidade dos homens.

A concepção Smith parte do pressuposto de que qualquer tipo de organização econômica é uma resposta ao problema de como atender as necessidades e os desejos dos membros de uma sociedade com os escassos recursos disponíveis para a sua satisfação. Se por um lado as necessidades humanas podem, em tese, ser consideradas ilimitadas, e por outro, os meios disponíveis para satisfazê-las são limitados, cabe aos seres humanos fazer um conjunto de escolhas que irão determinar quais necessidades serão atendidas, quais serão deixadas de lado; como os recursos disponíveis serão alocados e organizados dentro de um processo produtivo e como os resultados desse processo produtivo serão distribuídos entre os membros da sociedade.

É pelo método de escolha utilizado pela sociedade que serão determinados os destinos dos recursos existentes, como eles serão utilizados e a quem irão beneficiar. Ou seja, é pelo processo de escolha da sociedade que se decide a alocação dos recursos da mesma. Nas sociedades primitivas, onde o número de integrantes é relativamente pequeno, o método de escolha é relativamente simples, mas nas sociedades mais complexas, onde existe uma divisão social do trabalho, e quando existe um grande número de agentes econômicos que não podem se comunicar entre si, o processo de alocação de recursos se torna mais intrincado.



Cria-se nestes casos o problema da coordenação das ações dos diferentes agentes econômicos, ou seja, como combinar e disciplinar a ação de produtores e consumidores de modo que o resultado conjunto de seus esforços venha a garantir a satisfação ótima do maior conjunto de membros dessa sociedade.

Para Smith, existiam duas maneiras básicas de disciplinar e coordenar a alocação de recursos na sociedade: o intervencionismo estatal e a ação espontânea do mercado. De acordo com o autor, a primeira opção poderia parecer teoricamente melhor elaborada, mas apresentava resultados práticos pífios. O mercado, por outro lado, apesar de ser, em teoria, uma legitimação do egoísmo e da anarquia econômica, trazia resultados muito melhores, em termos práticos, do que a ação do Estado.

Para Smith é impossível que um administrador público tenha uma real percepção das necessidades de todos os agentes econômicos de uma sociedade, bem como também não possui uma nítida noção das disponibilidades de recursos existentes, além de não conhecer os diferentes processos pelos quais esses recursos pudessem ser combinados para gerar mais riquezas. As tentativas estatais de intervenção na economia implicariam num grau de coerção sobre os agentes econômicos, o que geraria discórdia, ineficiência, confusão e redução do bem-estar geral. Seu desprezo pela coordenação econômica por parte do Estado pode ser verificada a seguir:

“O homem de sistema [o planejador estatal] costuma se achar muito sábio em seu próprio juízo; e ele está com frequência tão enamorado da suposta beleza do seu próprio plano ideal de governo, que não tolera qualquer desvio, por menor que seja, em qualquer parte dele. Ele atua com o intuito de implantá-lo completamente e em todos os detalhes, sem prestar qualquer atenção, seja nos grandes interesses, seja nos fortes preconceitos, que podem se opor a ele. Ele parece imaginar-se capaz de dispor os diferentes membros de uma grande sociedade, com a mesma facilidade com que a mão dispõe as diferentes peças sobre um tabuleiro de xadrez. Ele não considera que as peças sobre o tabuleiro possuem qualquer outro princípio de movimento além daquele que a mão confere a elas; mas que, no grande tabuleiro de xadrez da sociedade humana, cada peça tem por si mesma um princípio que lhe é próprio, inteiramente distinto daquele que o poder legislativo poderia decidir imprimir a ela. Se estes dois princípios coincidem e agem na mesma direção, o jogo da sociedade humana se desenrolará com desenvoltura e harmonia, e é muito provável que seja feliz e coroado de sucesso. Se eles forem opostos ou diferirem, o jogo

prosseguirá miseravelmente, e a sociedade viverá continuamente numa condição da mais alta desordem.”(Smith, Apud. Fonseca, 1998, p.108).

Ao invés do Estado determinar a organização econômica da sociedade, Smith considera que o Mercado seria o disciplinador e coordenador ideal das ações dos agentes econômicos. O grande mérito do mercado como mecanismo de coordenação da alocação de recursos está no fato de que ele age de forma descentralizada. Cada agente econômico tem poder de decisão. Cada membro da sociedade, seja ele produtor ou consumidor, tem acesso a determinada quantidade de recursos e pode decidir livremente como utilizá-los para a melhor satisfação de suas necessidades. Cada agente econômico tem a liberdade de escolher alternativas para uma maior aquisição de recursos de modo a satisfazer de maneira ótima as suas necessidades. Um administrador estatal dificilmente teria uma percepção tão clara das reais necessidades dos indivíduos. O mercado, segundo Smith, é regido por um mecanismo automático que trata de atrair mais produtores a um determinado segmento da economia quando se verifica uma elevação da demanda. A elevação da demanda implica numa elevação de preços, que aumentam os lucros potenciais dos produtores. Esses lucros potenciais atraem novos produtores, que aumentam a oferta e atendem ao aumento da demanda. Da mesma forma, quando os preços caem, decorrente de uma redução da demanda, o próprio mercado trata de expulsar produtores desse setor da economia, fazendo com que a oferta se ajuste novamente com a demanda. Por isso, os desequilíbrios só acontecem no curto prazo, e são prontamente corrigidos pelo mercado. O que chama a atenção é que o que motiva produtores e consumidores é justamente a obtenção de uma vantagem pessoal, seja por meio de um lucro maior ou de uma mercadoria mais barata. É o egoísmo do mercado, disseminado pelos agentes econômicos que gera a afluência material e o bem-estar social.

“O indivíduo vive agora sob a disciplina da regra: ‘Se queres obter o que desejas, encontra então o que oferecer em troca’. Para abrir um canal de acesso ao que necessita — para adquirir os meios de compra reconhecidos pelo mercado — ele necessita oferecer em troca alguma coisa cujo valor o mercado reconhece e está disposto a pagar. Se na economia de comando a pressão é para que ele *obedeça*, na de mercado é para que ele *faça alguma coisa*. Para que encontre um emprego, aja ou tome alguma iniciativa. E a remuneração que vier vai depender não do mérito moral, do civismo ou das intenções que ele possa

ter, mas do valor que os demais estão dispostos a pagar para ter acesso aos bens que oferece ou aos serviços que presta.” (Fonseca, 1998, p.112).

Desde o início da história até o Renascimento, praticamente todos os filósofos morais condenavam a busca pela riqueza e pelo bem-estar material. Durante muito tempo, o egoísmo, a ganância e a esperteza, típicos do mercado eram vistos como extremamente perigosos e capazes de provocar uma desarticulação social. Por esse motivo, o mercado, e os valores morais a ele inerentes eram mantidos sob rigoroso controle. Tais valores morais nunca puderam ser eliminados, pois de certa forma, são comuns à personalidade humana. Como mostra Fonseca (1998, p.118), os ensinamentos dos moralistas clássicos revelavam tanto o que afirmavam quanto o que negavam. Ou seja, uma doutrina que reprimia o acúmulo e a fruição da riqueza mostrava, por um lado, a determinação da sociedade em manter dentro de estreitos limites os valores morais considerados desprezíveis, mas por outro lado, também mostrava a inclinação dos seres humanos em buscar e usufruir da riqueza material.

Mas a Revolução Industrial trouxe a possibilidade objetiva de se gerar mais riqueza e os valores morais antes considerados perigosos por poderem desarticular a organização social, agora passaram a ser encarados como um mecanismo de incentivo à institucionalização de uma nova ordem econômica. Como as novas conquistas tecnológicas abrem mais espaço para a antiga ambição humana da afluência material, surge uma reavaliação desse tipo de motivação para a conduta humana. Entre os séculos XVI e XVIII a natureza aquisitiva do homem, com a sua conseqüente busca de maiores conquistas materiais, passou a ser não só moralmente respeitada, como politicamente aplaudida. O que imaginava a filosofia política da época era que uma sociedade onde o homem age em função do interesse próprio, em busca de ganho material, é uma sociedade politicamente mais previsível, livre de turbulências políticas, já que a paixão pelo lucro neutraliza a paixão pelo poder político.

“A expansão do comércio e da indústria nos séculos XVII e XVIII foi por nós considerada como uma tendência bem acolhida e fomentada não só por alguns grupos sociais marginais [burguesia], ou por uma ideologia rebelde [protestantismo], porém por uma corrente de opinião que surgiu no próprio centro da ‘estrutura de poder’ e do ‘establishment’ da época, a partir dos problemas que enfrentavam o príncipe e particularmente seus conselheiros e outros notáveis interessados. Desde o fim da Idade Média, e particularmente como resultado da crescente frequência de guerras civis e das guerras entre

nações nos séculos XVII e XVIII, iniciara-se a busca de um equivalente comportamento para o preceito religioso, de novas regras de conduta e soluções que imporiam a necessária disciplina e restrições tanto nos mandantes quanto nos mandados; e a expansão do comércio e da indústria foi considerada como muito promissora a esse respeito” (Hirschman, 1979, p.122).

De acordo com o pensamento de Hirschman, a partir do século XVI, a moral vigente na época privilegiou a formação de um tipo de homem que hoje conhecemos como “homem econômico”. Um indivíduo, ao tentar maximizar suas vantagens pessoais atua de forma perfeitamente previsível. É interessante perceber que o *homo economicus* não é apenas uma aproximação teórica dos economistas clássicos e neoclássicos, mas que esse tipo de comportamento passou a ser considerado moralmente louvável por trazer mais segurança e estabilidade ao novo ordenamento social. Tinha-se agora um modelo de homem perfeitamente adaptado a nova realidade econômica e social. A nova sociedade possuía agora um ser inerte e confiável, alienado e acrítico, perfeito para ser usado como mercadoria dentro de um processo produtivo. O que antes era uma ameaça a ordem institucional, agora é um instrumento para a sua manutenção.

## CAPÍTULO V

### 5. CONSEQÜÊNCIAS DA MORAL DO MERCADO

#### **5.1. Conseqüências da Moral do Mercado sobre o Indivíduo.**

A disseminação dos valores do mercado pela sociedade trouxe conseqüências profundas para a vida humana. O ímpeto por ganhar dinheiro, a ganância, o egoísmo, sempre fizeram parte da natureza humana. Desde as mais remotas formações sociais, esse tipo de comportamento sempre foi combatido, pois era tido como prejudicial à sobrevivência do grupo. Os homens, ao nascerem, são naturalmente egoístas, mas, à medida que crescem e se adaptam às exigências da organização social da qual fazem parte, percebem que abrindo mão de alguns desejos imediatistas e trabalhando de forma cooperativa, atingem, com sociedade, um padrão de vida e um bem estar coletivo muito superior do que se decidissem levar uma vida solitária e independente.

Ao longo de milênios os seres humanos foram aprendendo que o egoísmo natural das crianças precisava ser controlado na idade adulta, caso eles, como sociedade, quisessem prosperar. Por isso, o egoísmo sempre foi combatido, e em casos excepcionais, apenas tolerado dentro de fortes restrições. As eventuais sociedades antigas que tinham no egoísmo a espinha dorsal de sua moral não sobreviveram para contar suas histórias.

Mas com o surgimento do capitalismo, os valores antes praticados apenas dentro dos mercados, passaram a servir de referência para todas as relações sociais. Por um lado o produtor capitalista precisava de um fornecimento constante de recursos produtivos, entre eles, o recurso trabalho. Isso implicava na transformação de seres humanos em mercadorias. Mas, como mostra Polanyi, a transformação de homens em mercadorias implicaria em desarticulação social, pois os indivíduos ficariam a mercê

das flutuações da oferta e da procura. Tal cenário representava uma situação de grande insegurança aos trabalhadores, pois eles não teriam nenhuma garantia de sobrevivência caso não houvesse mercado para a sua força de trabalho.

A insegurança gerada entre as classes trabalhadoras européias com a crescente industrialização era um fator de desestabilização do sistema. Para que o capital possa se reproduzir com segurança, é necessário que haja certa estabilidade social. Até nos dias atuais, empresários ficam receosos em instalar empresas em locais sujeitos a convulsões sociais. O capital precisa não só de um fornecimento constante de insumos produtivos, mas precisa também de estabilidade e previsibilidade. Uma maior rentabilidade do capital somente é conseguida com um gasto mínimo de recursos produtivos para uma produção máxima de mercadorias. E para que essa eficiência produtiva possa ser alcançada, todo o processo produtivo precisa funcionar da forma mais ajustada possível, ou seja, o comportamento dos fatores de produção (capital, terra, trabalho) deve ser tão previsível e precisa quanto a atividade de um relógio.

Mas a insegurança existente entre as classes trabalhadoras na condição de mercadorias minava a estabilidade do sistema pois ela poderia ser o estopim de agitações sociais prejudiciais ao capital. Era necessário cooptar esses trabalhadores ao capital. Era preciso que os próprios trabalhadores incorporassem os valores do mercado e os aceitassem como as regras do jogo. Como afirmou Hirschman, pessoas empenhadas em ganhar dinheiro são pessoas previsíveis. Vale notar que o sistema capitalista não só criou o modelo teórico de *homo economicus* para o desenvolvimento de teorias explicativas da realidade econômica, como também estimulou fortemente esse tipo de comportamento pois a previsibilidade com ele obtida em teoria também era buscada na realidade prática.

Os seres humanos são atualmente considerados como seres multidimensionais, ou seja, possuem diferentes tipos de desejos e necessidades. Algumas dessas necessidades podem ser satisfeitas em termos de riquezas e bens materiais, mas existem necessidades cuja satisfação depende de fatores completamente externos à esfera econômica.

Quanto à natureza das necessidades humanas existem classificações as mais diversas. Ramos (1984) acredita que as principais necessidades humanas podem ser organizadas em três dimensões básicas: (1) a dimensão física, onde se classificam as necessidades fundamentais à sobrevivência biológica, e que o seres humanos compartilham com os animais; (2) a dimensão social, responsável pelas necessidades de

amor, amizade, afeto, convívio, cooperação, que são satisfeitas no relacionamento com outras pessoas; e finalmente (3) a dimensão política, onde se enquadram necessidades mais subjetivas como o crescimento pessoal, o desejo de fazer o bem e ajudar ao próximo e à organização da vida comunitária na cidade (*polis*).

Maslow (1954) também criou a sua pirâmide de necessidades humanas onde as mesmas são hierarquizadas em cinco categorias, e que vão das inferiores como as necessidades fisiológicas, às superiores, como as necessidades de auto-realização. Para ambos os autores, as necessidades relacionadas com a manutenção da vida biológica são as fundamentais, porém não são as únicas. Como mostra Maslow, a medida que as necessidades fisiológicas vão sendo satisfeitas, outras, mais elevadas vão surgindo no seu lugar. A satisfação das necessidades fisiológicas são uma pré-condição para o surgimento e a satisfação das outras necessidades. É importante observar, que o sistema econômico tem por finalidade suprir apenas as necessidades fisiológicas. O sistema econômico não tem condições de satisfazer necessidades mais elevadas por uma questão de dimensões diferentes. Não é função do sistema econômico satisfazer as necessidades humanas que Maslow classifica como sendo afetivas, de auto-estima e de auto-realização.

Isto não significa que as pessoas não possam ter tais tipos de necessidades satisfeitas dentro de uma sociedade de mercado. Mas, como mostra Ramos (1989) na sociedade de mercado, atingir a auto-realização é muito mais a exceção do que a regra.

Na verdade, mesmo que existisse uma elevada produção material e justiça distributiva na sociedade capitalista, isso não seria uma garantia de que todas as pessoas viveriam felizes num *admirável mundo novo*. Basta tomar como exemplo a maior economia capitalista do mundo: os Estados Unidos. Este país, que compreende cerca de 5% da população mundial, é responsável pelo consumo de aproximadamente 40% dos recursos naturais do planeta. Esse consumo exagerado tem como contrapartida uma produção exagerada. Pode-se afirmar que dentro dos Estados Unidos não exista justiça distributiva, mas é inegável que lá se concentra a maior classe média existente em um único país, ou seja o maior contingente de pessoas com acesso aos bens de consumo que o capitalismo pode produzir. Mas isso não é sinônimo de felicidade e equilíbrio emocional. Os Estados Unidos também são os maiores consumidores mundiais de drogas, o que é um indício claro da frustração existencial de muitos cidadãos norte-americanos em meio a fluência material. Aquele país também é pródigo em produzir

indivíduos (jovens e adultos) desequilibrados que adentram locais públicos e chacinam seus compatriotas.

“Hoje, nos Estados Unidos, 70 suicídios são consumados, e aproximadamente outros 1000 são tentados todos os dias. (...) A taxa de suicídios cresce mais rapidamente entre os jovens — cerca de 300% de aumento na faixa dos 15 aos 24 anos de idade, nos últimos 20 anos. (...) Dependendo de quem é responsável pelos dados, há entre 11 e 20 milhões de alcoólatras inveterados nos Estados Unidos, atualmente, (...) e este número cresce à razão de 270.000 pessoas por ano. (...) 60% dos rapazes de 16 anos e 40% dos de 12 anos podem ser classificados como consumidores de álcool, de moderados a viciados. (...) Aproximadamente 60 milhões de americanos são anualmente tratados em hospitais de doenças mentais. (...) 40 milhões de americanos foram diagnosticados com ‘distúrbios mentais’ e outros cinco milhões sofrem de ‘problemas emocionais severos’. (...) Numa nação que se orgulha de ser o país mais rico da história (...), pelo menos 40 milhões de pessoas vivem em estado de pobreza deplorável (...). Cerca de 25 milhões vivem abaixo de qualquer padrão aceitável e outros 15 milhões equilibram-se sobre a chamada ‘linha de pobreza’.” (Sale, Apud. Cruz Júnior, 1988).

Esses dados mostram claramente que o consumo puro e simples não é uma receita para a felicidade humana. O consumo de bens materiais é, sem dúvida, uma pré-condição para a satisfação de novas necessidades. Ninguém pode se preocupar com a auto-realização de estômago vazio. Mas a barriga cheia, por si só, não basta para trazer felicidade.

Algumas correntes da psicologia explicam esses dados assustadores da sociedade norte americana como consequência de uma inversão de valores. Ou seja, os valores morais da sociedade de mercado promovem a satisfação das necessidades fisiológicas afirmando que tais necessidades são as únicas existentes. A satisfação de necessidades fisiológicas pode ser feita de maneira imediata, por meio da compra de mercadorias e serviços. Necessidades mais elevadas, como o amor e a auto-realização nunca poderão ser satisfeitas por esses meios.

Não é possível (embora algumas pessoas possam dizer o contrário) comprar e vender amor. Não há como embalar o amor e vendê-lo em diferentes cores, formatos e sabores. O amor também não é um serviço que possa ser prestado e vendido. Caso seja vendido, deixa de ser amor. Por isso, o sistema capitalista não teria como lucrar e



reproduzir o capital caso se preocupasse em atender tais necessidades. As necessidades humanas mais elevadas são nulas para sistema capitalista. Na verdade, uma sociedade que se preocupasse com a satisfação desse tipo de necessidade mostraria o caráter parcial das mercadorias, dos serviços e da riqueza material no processo de produzir seres humanos felizes.

É justamente por ser através da venda de mercadorias e serviços que o capitalismo reproduz seu capital que ele promoveu ao nível de excelência as necessidades que podem ser satisfeitas dessa forma. E muitas das disfunções psicológicas dos indivíduos das sociedades altamente industrializadas são decorrentes do não atendimento e da decorrente sublimação das necessidades mais elevadas do ser humano. Se muitas das pessoas dos países desenvolvidos podem ser enquadrados na categoria de “psicopatas”, isso se deve, em parte, ao não ajustamento da natureza humana aos ambiente de consumo artificialmente criado pela sociedade de mercado.

## **5.2. Conseqüências do Mercado sobre a Organização.**

A disseminação dos valores do mercado trouxe conseqüências não só para as pessoas envolvidas no consumo de mercadorias mas também para as envolvidas no processo de produção dessas mercadorias. Como já foi visto, a mão de obra, ou seja, os seres humanos participantes do processo produtivo tiveram que ser transformados em mercadorias. Como afirmava Polanyi, essa transformação “libertou” o homem das instituições sociais que lhe davam educação e asseguravam o sustento. Tal fenômeno era nítido nos primeiros anos da Revolução Industrial, mas passou a se apresentar sob uma forma mais velada neste século. A partir de 1917, o sistema capitalista deixava de ser a única opção de organização social e econômica da sociedade, e particularmente, depois da crise de 1929, sua permanência no mundo se via seriamente ameaçada.

Os problemas sociais decorrentes de suas relações de produção precisavam ser contornados, ou pelo menos amenizados, sob pena de um comprometimento do próprio sistema capitalista como um todo. Mudanças foram implementadas no papel do Estado quanto a gestão da organização econômica. Particularmente após a Segunda Guerra

Mundial criou-se o chamado Estado do Bem-Estar Social, responsável pela garantia das condições mínimas de sobrevivência do indivíduo.

Mas ocorreram mudanças dentro das próprias organizações produtivas. De acordo com Polanyi, o marco inicial da disseminação dos valores do mercado pela sociedade foi a introdução da complexa manufatura organizada pelo mercador de tecidos. Uma das características marcantes da sociedade Capitalista é a de que grande parte de sua produção é realizada em organizações produtivas complexas e de grande porte. Desde cedo os capitalistas perceberam que o custo de seus equipamentos precisava ser amortizado por uma produção de larga escala de modo a diluir ao máximo seus custos fixos. Mas coordenar a atividade de grandes contingentes de pessoas implicava em elevada dose de organização e até de coerção.

O modelo de organização que logo se fixou como o ideal da sociedade capitalista foi a organização burocrática. Max Weber (1978), um dos primeiros autores a estudá-la com profundidade levantou suas principais características, a saber: caráter legal das normas e procedimentos; caráter formal das comunicações; caráter racional e divisão do trabalho; impessoalidade nas relações; hierarquia e autoridade; rotinas e procedimentos standardizados; competência técnica; especialização da administração que é separada da propriedade; profissionalização dos participante e completa previsibilidade do funcionamento.

A burocracia logo se mostrou muito superior aos demais tipos de organização pois conseguia “extrair” trabalho produtivo de pessoas pouco qualificadas. Na verdade, esse modelo de organização foi a contrapartida da Administração à criação do modelo de *homem econômico* pelos economistas neo-clássicos. Em tal modelo de organização produtiva não era necessário pensar. Não era permitido ter desejos ou vontades. Só era preciso obedecer. A organização burocrática partia do pressuposto de que os únicos fatores que motivam o ser humano são os econômicos, portanto, bastava pagar mais para produzir mais.

Mas essa forma limitada e paroquial de percepção do ser humano nas organizações deixava clara a política de exploração do trabalho dentro do ambiente organizacional. Sucessivos conflitos nos ambientes de trabalho e a necessidade de maior produtividade levaram os cientistas da organização a procurar formas de trabalho menos agressivas a natureza humana. Na década de 30 foram desenvolvidos nos Estados Unidos diversos experimentos no sentido de verificar o quanto uma maior “humanização” do ambiente de trabalho implicaria no aumento de produtividade.

Assim, tinha início a Escola de Relações Humanas, que começou a perceber que as necessidades humanas não se resumem às necessidades econômicas, mas que compreendem elementos mais subjetivos, difíceis de serem satisfeitos num ambiente caracterizado pela impessoalidade e pela racionalidade funcional.

O processo de “humanização” do ambiente de trabalho iniciado pela Escola de Relações Humanas continua até hoje, mas deve se observar o fato de que o objetivo de tornar o local de trabalho mais humano é puramente instrumental. Ele visa o aumento da “felicidade” do trabalhador desde que esta tenha como contrapartida o aumento da produtividade. Muitas das teorias administrativas foram construídas para enganar o trabalhador e convencê-lo de que se obedecer às normas da empresa e trabalhar arduamente ele será recompensado com a realização profissional e pessoal. O trabalho duro e acrítico é, neste sentido, propagandeado como sendo o caminho para a felicidade pessoal. Mas essa felicidade é uma falsa felicidade.

Ramos afirma que boa parte da ciência administrativa tradicional tem por objetivo transformar os homens em “alegres detentores de empregos”, numa alusão aos “alfas”, “betas”, “gamas” e “épsilons” de Aldous Huxley no seu “Admirável Mundo Novo”; seres geneticamente modificados que acreditam que o seu trabalho, por mais insalubre que seja, é o melhor trabalho que existe.

“Os atos que o indivíduo pratica em sua qualidade de detentor de um emprego são de importância secundária, relativamente à sua verdadeira atualização pessoal. Se uma pessoa permite que a organização se torne a referência primordial de sua existência, perde o contato com sua verdadeira individualidade e, em vez disso, adapta-se a uma realidade fabricada. Os sistemas planejados, como as organizações formais, têm metas que, só acidental e secundariamente, consideram a atualização pessoal. (...) Há, portanto, uma tensão contínua entre os sistemas organizacionais planejados e os atualizadores, e afirmar que o indivíduo deveria esforçar-se para eliminar essa tensão, chegando assim a uma condição de equilíbrio orgânico com a empresa (...), corresponde a recomendar a deformação da pessoa humana. Somente um ser deformado pode encontrar em sistemas planejados o meio adequado à própria atualização.” (Ramos, 1989, p.99).

Ramos conclui que o objetivo final do sistema de mercado era o de transformar a produção numa atividade científica e altamente produtiva, libertando o homem do trabalho braçal. No processo de consecução desse objetivo, a sociedade de mercado

precisou transformar o homem num fator de produção despersonalizado. E a deformação da pessoa humana é o preço psicológico pago pela abundância material da sociedade contemporânea.

Existe atualmente uma ampla bibliografia no meio administrativo que trata dos mais diversos modismos. Nos últimos tempos tem se falado em Qualidade Total, Reengenharia, Organizações de Aprendizagem, Inteligência Emocional na Organização, etc. Estes modismos, sem dúvida, tem trazido resultados em termos de produtividade organizacional, mas todos tem falhado na consecução de um de seus mais propalados objetivos: o aumento da qualidade de vida no trabalho. O simples fato de tais modismos utilizarem esse objetivo como argumento para a implementação da nova técnica de gestão mostra que os ambientes organizacionais continuam sendo um local de sofrimento humano. Chanlat (1992) afirma que a obsessão pela eficácia, pelo desempenho e pela produtividade dentro dos ambientes organizacionais levou muitos pesquisadores a concentrar seus esforços na criação de técnicas de manipulação de seres humanos, de forma a convencê-los a produzir mais e de forma mais “feliz”. Mas essa pseudo felicidade é enganadora:

“Contrariamente à idealização que aparece com freqüência no mundo dos negócios, a organização aparece freqüentemente como um lugar propício ao sofrimento, à violência física e psicológica, ao tédio e mesmo ao desespero não apenas nos escalões inferiores, mas também nos níveis intermediário e superior. (...) Em um mundo essencialmente dominado pela racionalidade instrumental e por categorias econômicas rigidamente estabelecidas, os homens e as mulheres que povoam as organizações são considerados, na maioria das vezes, apenas recursos, isto é, como quantidades materiais cujo rendimento deve ser satisfatório do mesmo modo que as ferramentas, os equipamentos e a matéria prima. Associados ao universo das coisas, as pessoas empregadas nas organizações transformam-se em objetos.” (Chanlat, 1992, p.25)

Na sociedade de mercado deste final de milênio, cada vez menos trabalhadores estão tendo o “direito” de serem explorados pelo capital. Os poucos que ainda tem a possibilidade de se vender como uma mercadoria se consideram bem-aventurados. Mas o fato de estar vinculado a uma organização não é garantia de vida feliz. O desemprego impede que parcelas crescentes da população tenham acesso à riqueza produzida. Mas a parcela dos detentores de empregos está sujeita a sacrifícios psicológicos de tal ordem que inviabiliza ao indivíduo levar uma vida considerada saudável.

### **5.3. Conseqüências do Mercado sobre a Sociedade.**

A vida dos seres humanos dentro da sociedade de mercado implica numa violência contra a natureza humana, tanto do lado dos consumidores, que são convencidos de que suas necessidades se resumem à necessidades materiais, quanto do lado dos produtores que são constantemente ludibriados pelas técnicas motivacionais sofisticadas de forma a não perceber a sua situação de mercadoria descartável dentro do ambiente organizacional.

Nesse contexto pode-se questionar como é possível legitimar um sistema econômico onde todos os seus membros são explorados, onde nenhuma garantia de vida é fornecida caso o indivíduo não consiga se adequar aos ditames funcionais do processo produtivo, e onde esse ajustamento aos sistema de produção de mercadorias só é conseguido à custa de um elevado sacrifício psicológico. Como é possível manter tal sistema funcionando sem que ele venha a implodir em meio a convulsões e revoluções sociais?

Como mostra Vázquez, a moral de uma sociedade funciona como uma argamassa que mantém unidos os tijolos do tecido social. Mas que moral é essa da sociedade de mercado que incentiva seus membros, não a se unirem, mas a competirem entre si, a se repelirem mutuamente? Como esses tijolos do capitalismo se mantêm unidos?

O tecido social do capitalismo se mantém unido porque os seus elementos, os trabalhadores e consumidores, não se dão conta da situação real na qual se encontram. Da mesma forma que as relações de mercado já se tornaram onipresentes, a competição, as injustiças sociais, a fome, a exclusão social são considerados fatores normais da vida, contra os quais não adianta lutar. Toda a sociedade capitalista passa por um processo de entorpecimento coletivo que a faz concordar com as relações econômicas espúrias. A exploração e a injustiça se tornou tão banal que a sua capacidade de indignar as pessoas dura até o próximo comercial de televisão.

“Indiferença pela massa de viventes sacrificados; alguns minutos de emoção, porém, quando a televisão divulga duas ou três imagens desses abandonos, dessas torturas, e nós nos enlevamos discretamente pela nossa magnânima indignação, pela generosidade de nossas emoções, pelo nosso coração apertado

e pela satisfação, mais discreta ainda, de ser espectadores — mas dominantes. (...) Nossa indiferença, nossa passividade em face desse horror distante, mas também em face do outro (menos freqüente, mas não menos doloroso) que nos é contíguo, pressagia o pior perigo. Elas parecem proteger-nos do infortúnio geral separando-nos dele, mas é exatamente isso que nos fragiliza, que nos põe em perigo.” (Forrester, 1997, p. 39).

O que mantém a sociedade de mercado complacente com o infortúnio de boa parte de seus membros é o processo de alienação pela qual ela passou. Marx definiu alienação como o processo pelo qual o trabalhador enxerga o fruto de seu trabalho como estranho a ele mesmo. O trabalho, que deveria ser um mecanismo de satisfação e garantia de sobrevivência, acaba se transformando em algo hostil, que lhe proporciona apenas miséria, sofrimento e insegurança. Essa alienação decorre do fato do trabalhador não ser proprietário dos meios de produção de forma que os frutos de seu trabalho acabam sendo expropriados pelo capitalista através da mais-valia.

Mas, na sociedade de mercado o termo alienação adquire um componente psicológico forte onde o indivíduo, desde a mais tenra infância, é ensinado a reprimir muitas de suas emoções que poderiam servir como indicadores para as suas reais necessidades, e em seu lugar são estimulados comportamentos que não venham a prejudicar o funcionamento do sistema de mercado. Assim, o indivíduo é estimulado a curar suas frustrações existências (decorrentes da não satisfação das necessidades reais) pela compra de mercadorias. O cidadão comum passa a lutar não por uma ordem social mais justa e igualitária, mas para acompanhar o nível de consumo de seu vizinho e dessa forma adquirir o *status* social de homem bem-sucedido na vida.

Vázquez afirma que um indicador de progresso moral é a ampliação da esfera moral na vida social. Ou seja, um comportamento que anteriormente era controlado por normas externas (como o costume, a legislação ou a coerção) passa a ser adotado livremente por parte de indivíduos ou grupos sociais. Mas a introjeção de normas de conduta também pode ser feita pela alienação. Uma mentira, suficientemente repetida se transforma numa verdade. Esta talvez seja a melhor explicação para entender como que o mundo inteiro passou a adotar os valores do mercado e a conviver “pacificamente” com eles. A alienação faz com que a sociedade de mercado finja que o injusto seja justo e o justo injusto, pois o que é injusto é útil e o justo inútil. Nas palavras de Keynes, é pela injustiça que o mundo sairá do túnel da necessidade econômica. Resta questionar se

os fins buscados (afluência material) justificam os meios adotados (exclusão social, fome, desemprego, disfunções psicológicas graves, etc)

## CAPÍTULO VI

### 6. AS LIMITAÇÕES DA MORAL DO MERCADO

#### **6.1. A Falácia do Crescimento Ilimitado.**

Durante muito tempo um dos fatores de legitimação das relações de mercado foi a promessa de abundância material para todos. Nesse sentido, a moral da sociedade de mercado guarda uma certa semelhança com a moral medieval. Enquanto a moral medieval prometia um mundo maravilhoso após a morte, a moral do mercado passou a afirmar que o mundo maravilhoso poderia existir na terra. Mas para que ele se concretizasse era preciso que todos abraçassem conjuntamente a causa do capitalismo. Eventuais injustiças cometidas numa geração seriam corrigidas na geração seguinte. Se uma pessoa se empenhasse de forma árdua talvez fosse recompensada durante sua própria vida.

No seu início o capitalismo apresentava essa promessa. As revoluções tecnológicas surgidas da necessidade do capital em acelerar o seu processo de reprodução deram à sociedade a impressão de que muito poderia ser produzido e em pouco tempo todos seriam ricos. Assim, o crescimento econômico passou a ser a fórmula mágica através da qual as injustiças sociais seriam rapidamente contornadas. Na verdade, o crescimento econômico significou o avanço e a incrustação dos valores do mercado nos mais diversos setores da sociedade.

O crescimento econômico não traz benefício social nenhum sem que haja uma redistribuição da riqueza gerada. E a tecnologia que no princípio parecia ser o elemento principal através do qual mais riqueza poderia ser gerada para o benefício da sociedade como um todo, tem aparecido como a grande vilã do final do século por destruir postos de trabalho. Segundo os valores morais da sociedade de mercado, que legitimam e



orientam a lógica das relações produtivas do capitalismo, os beneficiários de uma inovação tecnológica sempre serão os proprietários do capital. Como a inovação tecnológica vem aderida ao capital, pressupõe-se, naturalmente, que os ganhos de produtividade decorrentes da introdução dessa tecnologia sejam de propriedade do dono do capital.

A lógica capitalista é uma lógica concentradora de renda, e a simples introdução de novas tecnologias, sem a reformulação das relações sociais e de trabalho, simplesmente acelera o processo de concentração de renda. Essa situação tem se agravado nas últimas décadas do século XX de forma que Ramos (1989) afirma que a expansão do mercado atingiu um ponto de rendimentos marginais decrescentes em termos de bem-estar humano.

A sociedade de mercado transformou todos os homens em possuidores de empregos. Anteriormente ao capitalismo os seres humanos possuíam garantias de sobrevivência pois estavam vinculados a algum tipo de instituição social (guildas, corporações de ofício). Mas com o início da revolução industrial os trabalhadores foram transformados em mercadorias, pois somente desta maneira poderiam garantir o funcionamento da nova estrutura produtiva.

Polanyi mostra que esse processo de transformação de homens em mercadorias foi muito conflituoso e se arrastou por diversas décadas até que tivesse se completado. E no mundo todo esse processo continua até hoje. Quando a transformação nas relações de trabalho começou a ser implementada, havia um receio muito grande em deixar os homens a mercê das forças do mercado. Mas o novo ambiente de trabalho também era ameaçador. Muitos dos trabalhadores resistiam ao novo ritmo imposto por máquinas insensíveis, que ao menor descuido lhes decepavam um membro. Foi justamente a ameaça da fome e da morte que compeliram os homens a esse novo ambiente insalubre. A mesma fórmula foi usada nos países periféricos quando o mercado começou a se espalhar pelo mundo.

“Quanto mais elevado o salário, menor era a atração que exercia sobre o nativo que, diferente do homem branco, não era compelido pelos seus padrões culturais a ganhar tanto dinheiro quanto fosse possível. A analogia era ainda mais marcante pois também o trabalhador primitivo tinha horror à fábrica, onde se sentia degradado e torturado, como o nativo que muitas vezes se resigna a trabalhar à nossa maneira apenas quando é ameaçado de castigos corporais e até de mutilação física. Os fabricantes de Lyon, do século dezoito, impunham

salários baixos basicamente por razões sociais. Somente um trabalhador exausto e oprimido, argumentavam eles, renunciaria à associação com seus camaradas para escapar à condição de servidão pessoal, sob a qual ele se via obrigado a fazer aquilo que seu senhor dele exigia.”(Polanyi, 1980, p.168)

Nos últimos duzentos anos os homens tem sido transformados em trabalhadores (mercadorias) para um mundo com cada vez menos trabalho. O crescimento da produção material, particularmente nas últimas três décadas do século XX, tem sido obtido através do aumento da produtividade do capital. Isto é particularmente grave numa sociedade que possui no salário (remuneração do fator trabalho) o seu mais importante mecanismo de distribuição de renda.

A crescente mecanização do processo produtivo está ameaçando as próprias bases de sustentação do sistema capitalista. Na medida em que este sistema precisa de uma grande quantidade de consumidores para que as mercadorias sejam vendidas de forma a completar o ciclo de reprodução do capital, e baseado no fato de que esses consumidores obtêm sua renda por meio de salários, a extinção maciça de postos de trabalho traz como consequência uma redução gradativa, mas constante, do potencial de compra do mercado consumidor. Este é um caminho sem volta para uma grave crise de superprodução. O elevado grau de endividamento das famílias norte americanas já é um forte indicativo de que mesmo na economia que possui o maior contingente de consumidores do mundo, não há mais recursos entre as famílias para que toda a produção seja consumida.

Ramos (1989) classifica as mercadorias em duas categorias: as primaciais e as demonstrativas. As primeiras são as que atendem às limitadas necessidades biofísicas de alimento, abrigo, vestuário, transporte e de serviços elementares que ajudam o indivíduo a se manter como um organismo sadio e um membro ativo, no funcionamento da sociedade. As mercadorias demonstrativas são as que visam a satisfação dos desejos que têm os indivíduos de exprimir seu nível pessoal, relativamente à estrutura de status.

Em todas as sociedades anteriores ao capitalismo, o sistema produtivo era encarregado de produzir apenas os bens de natureza primacial. E durante as fases iniciais do capitalismo, isso continuou sendo verdade. Mas, como mostra Ramos, os Estados Unidos haviam chegado no início do século XX a uma situação de disponibilidade de capital e de uma logística tecnológica de tal ordem que eram capazes de produzir uma quantidade de bens e serviços primaciais capaz de atender às

necessidades básicas de todos os membros daquele país, mesmo daqueles que não tinham um emprego.

Mas a lógica da sociedade capitalista não permitiu que os desempregados pudessem usufruir do bolo de riquezas gerado. Com os crescentes avanços tecnológicos, na economia americana, parcelas crescentes da população ficavam desempregadas. Para Ramos, a Grande Depressão iniciada em 1929 foi uma indicação clara de que o sistema de mercado havia desempenhado o seu papel histórico na economia norte americana. A depressão, na visão desse autor, não foi decorrente da falta de capacidade para produzir bens primaciais para todos, mas do baixo poder aquisitivo destes para comprá-los. A depressão só foi revertida quando o sistema produtivo, após a Segunda Guerra Mundial, reorientou sua estrutura para a produção de bens demonstrativos. Tinha, assim, início a indústria de bens de consumo supérfluos. Essa reorientação da organização produtiva possibilitou a criação de novos postos de trabalho, o que deu novo fôlego ao sistema capitalista, mas atualmente, a própria indústria de bens demonstrativos já não consegue gerar empregos para todos. Para Ramos, Keynes foi uma figura central na redirecionamento do processo produtivo.

“É certo que as políticas econômicas de Keynes salvaram de fato o mercado e de fato reestimularam suas atividades, mas o keynesianismo foi apenas um adiamento temporário da crise, que prenunciava o fim da validade histórica da categoria emprego como princípio organizacional da produção.” (Ramos, 1989, p.104)

O capitalismo perdeu sua capacidade de gerar empregos. Mesmo os mais diversos programas governamentais de incentivo a criação de empregos não estão trazendo os resultados esperados. Como mostra Forrester (1997) o Estado tem adotado uma postura de concessão de subvenções, isenção de taxas, e criação de contratos vantajosos com as empresas privadas para que estas ofereçam mais empregos e não se desloquem para outro local. Mas esse incentivo tem funcionado como um tiro que sai pela culatra. Eles representam para o empresário, uma oportunidade de instalar um sistema produtivo mais automatizado, que lhe garanta um produto de maior qualidade a um custo reduzido. Com as novas máquinas, o empresário pode produzir mais e reduzir seu contingente de mão-de-obra.

A sociedade capitalista esteve muito próxima de um mundo como o idealizado por Aldous Huxley em seu Admirável Mundo Novo. A revolução industrial e os

avanços tecnológicos prometiam uma sociedade de abundância material para todos. Não haveria fome e todos seriam ricos. Todas as sociedades do mundo seriam subjugadas aos valores do mercado pois estes se mostravam como sendo os únicos capazes de tirar o mundo da necessidade material.

Mas no final do século XX constata-se que as promessas do industrialismo não puderam ser cumpridas. Nesta última década, os modelos de organização socio-econômicos alternativos ao capitalismo sofreram um forte revés com a queda do muro de Berlim e o desmantelamento da União Soviética. Desde tais acontecimentos, os valores da sociedade de mercado tem sido proclamados como as únicas opções disponíveis para o ordenamento social. Existem autores que até decretaram o fim da história (Fukuyama).

Mas o que se tem constatado é que as tensões sociais tem se agravado em todas as partes do mundo, inclusive no interior dos países desenvolvidos. Pequenas guerras civis explodem em função de intolerância étnica dividindo países. Psicopatas fuzilam compatriotas em lanchonetes e cinemas, sem motivo aparente. O fundamentalismo religioso cresce rapidamente em várias nações do mundo assim como o nacionalismo exacerbado.

O caos que se instalou no mundo nesse final de milênio pode, em grande parte, ser decorrente da disseminação exagerada dos valores do mercado. Como mostra Hirschman, a adoção dos valores do mercado foi propositadamente incentivada no século XVI pois os mesmos eram encarados como “estabilizadores” sociais. Homens empenhados em ganhar dinheiro apresentavam um comportamento altamente previsível. O incentivo ao acúmulo de riquezas só foi possível porque as novas tecnologias abriam a possibilidade de maior geração de riquezas. Enquanto a riqueza não pode ser gerada em larga escala, o seu acúmulo eram encarados como moralmente reprováveis.

Mas o mercado funcionou como um “estabilizador” social apenas enquanto a promessa de enriquecimento se mantinha viva. Hoje as pessoas do mundo começam a se dar conta que os valores do mercado e o modelo de sociedade por ele gerado, o capitalismo, não pode mais cumprir com o que prometia. Essa decepção com a sociedade de mercado tem favorecido o surgimento de seitas niilistas que pregam a destruição desse modelo de sociedade sem apresentar uma alternativa concreta ao mundo que aí está. A crise se instala quando o velho não funciona mais e quando o novo ainda não chegou.

## CAPÍTULO VII

### 7. ALTERNATIVAS AO SISTEMA DE MERCADO

#### **7.1. É possível viver sem o Mercado?**

A sociedade contemporânea atingiu um grau tão elevado de complexidade que cabe perguntar se é possível viver sem o mercado. Foram apresentados até agora diversos pontos negativos do mercado, mas criticá-lo sem apresentar alternativas pode parecer inconseqüente.

Os autores clássicos afirmavam que um dos pontos fortes do mercado era a sua eficiência alocativa. O mercado é posto como um mecanismo através do qual produtores e compradores são postos em contato direto. Este contato permite que as necessidades (materiais) dos consumidores sejam ouvidas pelos produtores. E estes últimos, caso se encontrem num ambiente de concorrência perfeita, estarão dispostos a dar a maior atenção possível a seus clientes, pois a produção de uma mercadoria que atenda com perfeição a necessidade do consumidor é uma garantia de sobrevivência do produtor.

Segundo os economistas neo clássicos, na economia de mercado o consumidor tem a última palavra, pois ao comprar uma mercadoria ao invés de outra está votando naquela que melhor atende às suas necessidades. Quando uma mercadoria não atende as necessidades de boa parcela da população, ela acaba sendo rejeitada e esquecida nas prateleiras dos supermercados. Os produtores que insistirem na produção desta mercadoria terão sérios problemas financeiros, pois não terão retorno sobre seus investimentos. Caso não mudem suas estratégias de produção e vendas, serão alijados do mercado.

Este automatismo do mercado, ao qual Adam Smith batizou de “Mão Invisível” tem sido propagandeado como uma das grandes vantagens da economia capitalista

sobre as economias planificadas. A eficiência alocativa do mercado permite que muitas decisões de produção possam ser tomadas de forma descentralizada pelos próprios agentes econômicos. Como os produtores e consumidores conhecem sua realidade econômica melhor do que ninguém, eles próprios podem decidir como investir seus recursos, como consumir suas rendas, de forma a terem a satisfação de suas necessidades maximizada.

É inegável que as relações econômicas de mercado sejam mais ágeis que as decisões planificadas. Mas isso não quer dizer que o mercado esteja isento de distorções. O próprio Adam Smith afirmava que para o bom funcionamento da Mão Invisível, havia a necessidade da concorrência perfeita, e esta inexistia no mundo atual. Além disso, muitas das decisões individuais dos agentes econômicos não levam necessariamente ao bem-estar coletivo.

Mas uma economia completamente planificada não tem condições de coordenar as atividades econômicas complexas do mundo atual. Kurz (1993) fornece exemplos claros das distorções que uma economia totalmente planificada pode gerar.

“O Estado, ao impor às empresas um plano de produção concreto, compromete-se também a garantir a venda da produção. Para esse fim, cada empresa recebe uma lista de compradores de seus produtos. Mas precisamente esse procedimento exclui qualquer concorrência entre as empresas com produtos semelhantes. O comprador, por sua vez, não pode escolher o fornecedor mais barato e eficiente, tendo que aceitar o que lhe fornecem. A situação agrava-se ainda pelo fato de que o pagamento à firma fornecedora é quase sempre efetuado pelo banco imediatamente depois da chegada da fatura de expedição, isto é, antes de o comprador poder conferir se o número e a qualidade das mercadorias fornecidas correspondem às condições estipuladas. Mais tarde, revela-se que uma parte considerável das mercadorias fornecidas não funciona, tendo o comprador que prepará-las para o uso. Isso acontece particularmente na agricultura, onde os trabalhadores têm que desmontar tratores e máquinas agrícolas recém-fabricados, que acabam de receber, consertar as peças ou instalar aquelas que faltam, remontar tudo e adaptá-los às normas correspondentes.” (Saslawskaja, apud Kurz, 1993, p.96).

Segundo a teoria marxista do valor-trabalho, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior é o tempo de trabalho necessário para a fabricação de determinado artigo. Quanto mais tempo necessário para a produção de um artigo, mais valor ele tem.

A aplicação desta teoria do valor ao sistema produtivo soviético trouxe efeitos que aos olhos do mundo ocidental parecem bizarros. As indústrias soviéticas eram incentivadas a ter baixos índices de produtividade, pois dessa forma criar-se-ia mais valor. Os trens transportavam “peso morto” apenas para aumentar os índices estatísticos de carga transportada. Trabalhos desnecessários eram feitos apenas para se ajustar às metas impostas pela planificação central.

“Em virtude de suas metas planejadas, orientadas para um crescimento abstrato, e para acumulação de valores, a burocracia está minando seu próprio papel de instância controladora, cumprindo, as empresas, numa atitude esperta, ao pé da letra essas metas. O vencedor é aquele que trabalha devagar, desperdiça força de trabalho e material e pouco se importa com o valor de uso dos produtos. (...) Dessa maneira, a economia de comando do ‘mercado planejado’, seguindo sua própria lógica imanente, leva ao extremo todas as irracionalidades do sistema produtor de mercadorias, em vez de pelo menos começar a eliminá-las.” (Kurz, 1993, p. 102).

A economia de mercado livre tem sérios problemas quanto à distribuição da riqueza gerada. Na economia planificada, os problemas se apresentam, não só na distribuição mas também no processo de produção da riqueza. Conforme Kuttner (1998, p. 37) é muito comum existir escassez de renda numa economia capitalista, mas é extremamente raro ocorrer uma escassez de mercadorias. Nas economias planificadas tradicionais, os indivíduos tinha renda mas não tinham o que comprar com ela.

Em função da incapacidade do mercado em corrigir suas imperfeições, muitos autores tem defendido um retorno à planificação e um abandono completo das instituições dessa sociedade estruturada sobre o egoísmo e a busca do interesse próprio. Os problemas do mercado são inegáveis, mas as sociedades planificadas tradicionais também não se apresentam como os paraísos na terra.

Vázquez considera os valores do mercado como um desvio social que devem ser abolidos pois promovem a exploração do homem pelo homem. O autor sugere (p.39) que em seu lugar deveria surgir uma moral verdadeiramente humana, que traga consigo o desenvolvimento do espírito coletivista, a eliminação do espírito de posse, do individualismo, do racismo, etc. Neste caso é preciso tomar cuidado para que o desenvolvimento do espírito coletivista não represente um retrocesso à moral dos povos antigos, onde a afirmação individual era completamente sufocada pelos rigores das normas coletivas.

O fato do mercado ser um mecanismo sujeito a imperfeições, que leva à exploração de homens por homens não significa que ele deva ser abandonado por completo. A eficiência alocativa por ele promovida não é uma completa miragem. Em determinados setores do sistema econômico ela de fato funciona, em outros não. A questão crucial é até que ponto a liberdade de mercado é útil para a sociedade e qual o ponto a partir do qual o mercado precisa ser controlado para que seus efeitos não tragam consequências nocivas a sociedade.

Hoje sabe-se que os extremos são tecnicamente inviáveis. Tanto o mercado livre quanto a planificação central completa se mostraram incapazes de atender de forma satisfatória as necessidades dos membros da sociedade. Talvez uma solução intermediária, ou inteiramente nova seja necessária.

Segundo Thomas Kuhn (1995) quando um novo paradigma entra em cena, o que era real no paradigma anterior deixa de ser real, mas não perde completamente a validade. Por exemplo, a partir da descoberta da Teoria da Relatividade por Albert Einstein, a compreensão que os físicos passaram a ter sobre as leis do universo mudaram completamente. As teorias desenvolvidas por Copérnico e Descartes deixaram de ter validade para o entendimento do universo. Não que as leis por eles desenvolvidas estivessem erradas. Mas elas estavam incompletas e por isso eram limitadas. As leis de Copérnico e Descartes continuam válidas para a vida cotidiana, mas se mostram inúteis quando as grandezas do universo estão envolvidas. Nesse sentido, as leis antigas continuam válidas mas dentro de um novo contexto, extremamente delimitado.

Tal raciocínio também pode ser transposto para o campo das ciências sociais. Ramos (1989) dedica boa parte de sua obra para mostrar as imperfeições e limitações do paradigma da sociedade centrada no mercado. Diante de sua revolta frente a esse sistema social injusto, Ramos propõe um novo modelo de organização social, onde o mercado não é eliminado. Neste seu paradigma paraeconômico (1989, p.140) Ramos sugere a construção de um modelo de estruturação social onde diferentes sistemas sociais estariam delimitados. O mercado seria um desses sistemas sociais. O fator crucial aqui é que o mercado não é o elemento orientador de todas as demais relações sociais. Tal modelo de organização social é de certa forma inspirado nos modelos econômicos medievais, onde o mercado existia, porém era fortemente vigiado e regulado.

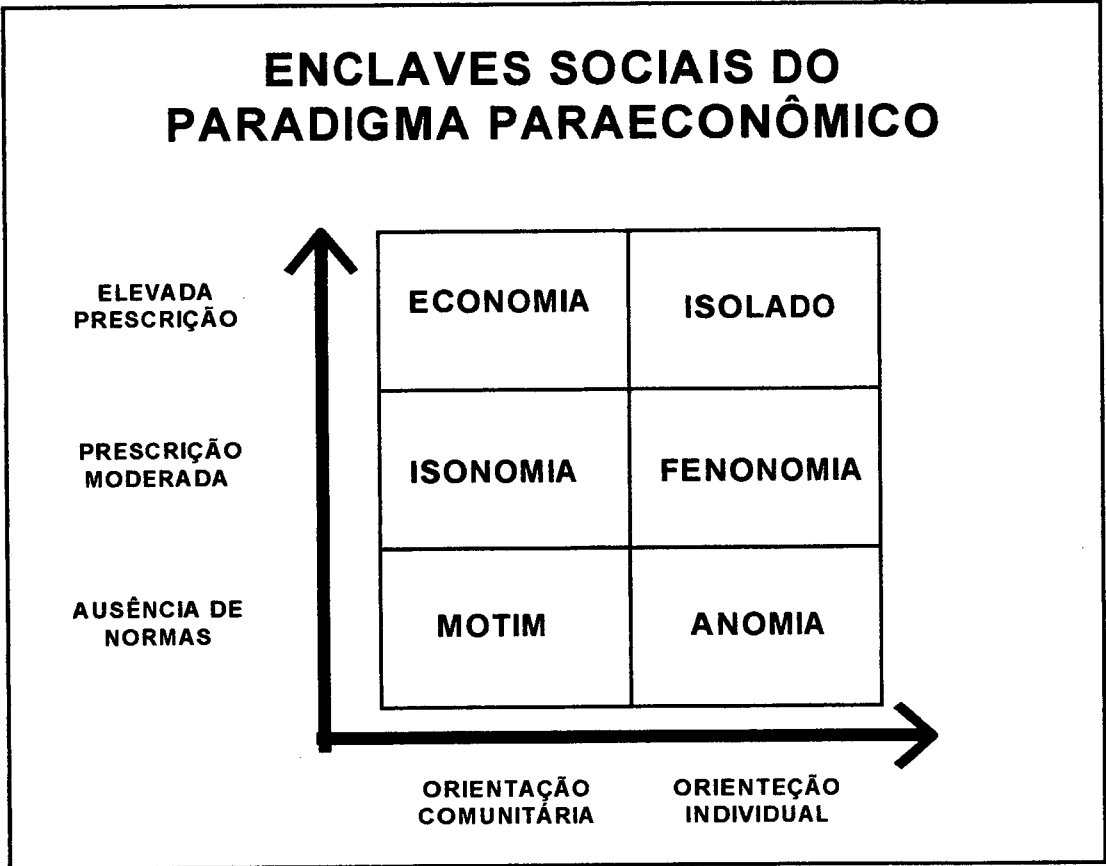
Como nossa sociedade altamente tecnológica precisa produzir muito para gerar as riquezas necessárias à satisfação das necessidades materiais dos seus membros, nessa



sociedade paraeconômica o mercado continuaria existindo como um enclave restrito e legítimo, porém, fortemente vigiado e regulado, de forma a não contaminar as demais instituições sociais.

O paradigma para econômico de Ramos é composto por seis estruturas sociais principais, formadas a partir do grau de orientação comunitária ou individual e do grau de prescrição normativa ao qual o ambiente é submetido. Na figura 1 temos uma representação esquemática do paradigma paraeconômico.

Figura 1: O Paradigma Paraeconômico



Fonte: RAMOS, Alberto Guerreiro. A Nova Ciência da Organizações, 1989, p.141.

No modelo de organização social apresentado por Ramos, a Economia é caracterizada por ser um ambiente de elevada prescrição e de orientação comunitária. Nela está incorporado o mercado. A Economia é responsável pela produção material em larga escala e pela distribuição da riqueza gerada. E o mercado é utilizado como um mecanismo orientador da produção (embora não seja o único), definindo, em função da demanda, o que deve ser produzido. As atividades desenvolvidas dentro do ambiente econômico estarão sujeitas a constante avaliação em termos de eficiência, lucros e

relação custo/benefício. Uma organização social que tiver por objetivo criar as condições mínimas de sobrevivência material para um grande contingente de pessoas não pode se dar ao luxo de desperdiçar recursos escassos. E, embora tenham muitos defeitos, os valores do mercado e a motivação pelo lucro tem se mostrado muito úteis no que tange à organização eficiente da produção.

O paradigma paraeconômico de Ramos percebe a necessidade do mercado como um instrumento necessário para a organização do processo produtivo, mas compreende também o seu caráter precário e limitado. Por um lado o mercado se mostra incapaz de atender a uma ampla gama de necessidades humanas e, além disso, se for deixado agir livremente, não poderá atender nem mesmo as necessidades materiais de grandes parcelas da sociedade. Por outro lado, o mercado tem uma tendência de invadir as outras esferas da vida humana e contaminar com seus valores as demais relações sociais. No mundo capitalista, praticamente todas as relações sociais são determinadas, ou no mínimo fortemente influenciadas pelo mercado e por sua propensão ao lucro.

Por esses motivos Ramos adverte que se a humanidade desejar organizar suas relações sociais sobre valores mais humanísticos, tendo ao mesmo tempo uma certa afluência material, o mercado, apesar dos seus defeitos, precisa ser mantido, porém, sob rigorosos controles sociais de forma a evitar que o egoísmo, o individualismo exacerbado, a esperteza, o utilitarismo e o mecanicismo venham a interferir nas demais relações sociais. Além disso, é preciso dar espaço aos novos enclaves sociais onde a ação humana não é orientada em função de valores utilitários.

Estes novos enclaves de organização social podem parecer difíceis de conceber num mundo a tanto tempo orientado pelo mercado. Nestes ambientes as pessoas estariam livres para agir de acordo com suas vontades e desejos mais subjetivos. E esta liberdade não se confunde de maneira nenhuma com a liberdade utilitária do mercado onde o consumidor tem a “liberdade” de escolher entre mercadorias diferentes desde que compre alguma delas.

Os ambientes anomia e motim são situações extremas dentro do paradigma econômico onde os membros convivem numa situação de completa ausência de normas. Estes ambientes são, de certa forma, uma aproximação teórica, uma vez que não é possível conceber algum tipo de organização social sem que haja nenhuma norma, costume ou valor moral que oriente as ações dos indivíduos. Não é possível existir sociedade se não houver um mínimo de respeito mútuo entre os seus membros. Fazer

parte de uma sociedade significa aceitar as normas do grupo, por menores que elas sejam.

Mas neste paradigma paraeconômico podem existir indivíduos anômicos, ou seja, pessoas incapazes de conviver num ambiente social e de obedecer às prescrições operacionais necessárias a sua sobrevivência. Estes indivíduos precisariam ser assistidos e protegidos por instituições especiais como um tipo de hospital. Numa sociedade onde os valores do mercado são controlados, tais indivíduos seriam melhor tratados que nas instituições atuais que julgam as pessoas apenas pela sua capacidade de adaptação à ambientes econômicos

O motim não constitui nenhuma forma de organização social. O motim é uma situação extrema onde um conjunto de pessoas age sem nenhum tipo de apego à normas. Seriam hordas descontroladas que se movimentam numa completa anarquia.

O indivíduo isolado também é uma situação extrema onde uma pessoa segue um rígido código de ética pessoal e se torna incapaz de criar relacionamentos construtivos com seus semelhantes. É o caso de indivíduos paranóicos, dos psicopatas e dos que agem de forma compulsiva e obsessiva. A sociedade de mercado tem sido bem sucedida na formação desse tipo de indivíduo.

Para Ramos, os principais ambientes desse seu paradigma paraeconômico são justamente as situações intermediárias, onde não há uma completa ausência de normas, como também não existe uma rigidez utilitária total. Tais ambientes podem ter uma orientação comunitária, como é o caso das Isonomias, ou uma orientação individual como no caso das fenonomias.

As Isonomias são contextos sociais onde todos os membros são iguais. Como já foi falado, os seres humanos são ao mesmo tempo iguais e diferentes entre si. São iguais pois todos possuem as mesmas possibilidades e capacidades. Seres humanos não são como os insetos de uma colmeia que possuem uma diferenciação genética que determina a função social de cada ser. Ao mesmo tempo, os seres humanos são diferentes entre si pois apresentam desejos, medos, personalidades, percepções diferentes entre si. A Isonomia seria um local onde todos seriam iguais, ou seja, todos estariam no mesmo nível hierárquico, para que todos pudesse exercitar e expressa sua própria individualidade. Isto é, um ambiente que respeita a igualdade das pessoas para que estas exponham a sua individualidade.

Ramos (1989,p.150/151) relaciona as principais características dos ambientes isonômicos:

1. Permitem a auto-realização pessoal de seus membros;
2. São amplamente autogratisficientes, embora as pessoas não ganhem a vida nesses ambientes;
3. As atividades são promovidas como vocações e não como empregos, As pessoas se ocupam, elas não labutam;
4. Não existe diferenciação entre liderança ou gerência e subordinados;
5. A eficácia da isonomia exige que as relações entre seus membros permaneçam primárias.

Quadro 1: Comparativo entre as percepções de diversos autores com relação a aspectos do antigo e do novo paradigma social.

<b>Tema / Autor</b>	<b>Antigo Paradigma</b>	<b>Novo Paradigma</b>
<b>Razão</b> Mannheim (1962)	Funcional	Substantiva e Funcional
<b>Atitude humana</b> Arendt (1993)	Comportar	Agir
<b>Economia</b> Lux (1993)	Competitiva Destrutiva Imoral Egoísta	Cooperativa Construtiva Moral Benevolente
<b>Desenvolvimento</b> Ramos (1967)	Fatalismo	Determinismo Possibilidade
<b>Educação</b> Ramos (1989)	Para o Mercado	Para o Auto- desenvolvimento e a cooperação
<b>Mercado</b> Ramos (1989)	Irrestrito	Delimitado
<b>Produção</b> Schumacher (1981)	Grande Escala	Pequena Escala
<b>Arquétipos</b> Capra (1982)	Yang (Masculino)	Yin e Yang (Feminino e Masculino)
<b>Organização</b> Senge (1991)	Burocrática Previsível	Flexível Imprevisível
<b>Necessidades Humanas</b> Maslow (1957)	Baixo Nível Fisiológicas/Segurança	Alto Nível Auto-realização
<b>Polidez</b> Bergson (1993)	Das Maneiras	Do Espírito
<b>Modelos de Homem</b> Ramos (1984)	Operacional <i>Economicus</i> Reativo	Parentético

Fonte: KOPELKE André L. Auto-Realização, Organizações Burocráticas e Economia de Mercado, 1998, p.218.

A fenonomia é parecida com a isonomia, porém ela apresenta uma orientação mais individualizada. Por isso, neste sistema social, os grupos são extremamente

pequenos e nunca ultrapassam o número de algumas unidades. Segundo Ramos, esse ambiente é ideal para o exercício da criatividade, pois os membros possuem um máximo de opções pessoais. Os membros empenham-se em obras auto-motivadas, e embora os resultados das atividades empreendidas neste modelo de enclave social possam ser avaliadas em termos de mercado, os critérios econômicos são incidentais na motivação dos membros.

Muitos autores tem proclamado o fim da sociedade de mercado. As inconsistências e limitações do mercado e as injustiças sociais provocadas pelos seus valores morais tem feito com que uma legião de estudiosos anteveja o surgimento de um novo modelo de arranjo social. Segundo alguns desses autores, esta reformulação dos ordenamento social já está em curso mas no momento as ações concretas que visam complementar e substituir o mercado, estão se dando de maneira desconexa e não coordenada. No quadro n.º 1 é apresentado um resumo esquemático das idéias de diferentes autores sobre alguns aspectos do novo ordenamento social.

Mesmo que muitas dessas obras sejam fantasiosas e ingênuas, elas mostram a necessidade humana de encontrar algum tipo de ordenamento social onde os valores praticados permitam um maior desenvolvimento humano. Quando o mercado se tornou o elemento organizador das relações humanas, todos os homens passaram por um processo de infantilização. O egoísmo exagerado, o espírito de posse, o individualismo extremo, o apego desproposital a bens materiais, todas esses padrões de comportamento são típicos de pessoas imaturas. Quando o mercado passou a ordenar as diferentes esferas da vida humana, os comportamentos imaturos foram incentivados entre os homens. É chegada a hora dos homens agirem com responsabilidade perante o planeta e perante seu semelhante. A humanidade já saiu de sua adolescência e isso precisa se refletir no ordenamento das relações econômicas e sociais.

## CAPÍTULO VIII

### 8. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

#### 8.1. Conclusão.

Os valores morais sempre estiveram presentes nos mais diversos tipos de associações humanas. Na verdade, a convivência entre duas ou mais pessoa implica necessariamente no estabelecimento de um conjunto mínimo de regras que garanta a integridade física e psicológica de todos os membros do grupo. Por isso, em todos os modelos de organização social surgidos sobre a face da terra, sempre existiu algum tipo de orientação moral, seja ela revestida sob a forma de uma crença religiosa, de uma ideologia política ou de um padrão de comportamento geral.

Nestes diferentes arranjos sociais, dependendo da estrutura moral, era dado maior importância ao indivíduo ou a comunidade. Nos primeiros agrupamentos humanos a comunidade era privilegiada em detrimento do indivíduo. Tal situação era decorrente da extrema dificuldade que os povos primitivos tinha para subsistir as forças da natureza. Mas, como mostra Vázquez, a medida que a produção material deixa de ser um problema tão complexo, o indivíduo começa a ganhar espaço.

Por esse motivo o conceito de liberdade foi sendo formado na Grécia Antiga. A partir desse momento, nem todos os indivíduos precisavam se submeter a uma moral coletiva, que sufocava todos os desejos e vontades pessoais às normas do grupo. O conceito de liberdade criado pelos gregos é limitado, pois era permitido a uma pequena parcela da população, os chamados homens livres. A grande maioria da sociedade grega continuava escrava, e somente pelo fato dos escravos existirem e produzirem recursos materiais que era possível a alguns homens viver sem trabalhar. O trabalho produtivo, para ser eficiente, precisa obedecer a certas normas de ação prática que limitam a

liberdade do trabalhador. É preciso uma certa dose de disciplina para produzir. E na sociedade grega, essa disciplina era imposta aos escravos.

Mas o conceito de liberdade criado pelos gregos tinha por objetivo dar espaço ao cidadão manifestar sua individualidade. Os gregos reconheceram que os homens não são como abelhas cujo comportamento é determinado geneticamente, e que cada ser humano tem uma personalidade própria, um universo próprio. E para que esse universo se manifeste, ele precisa de espaço, pois ele pode facilmente ser sufocado ou amoldado a normas sociais de conduta. O conceito de liberdade criado pelos gregos tinha por objetivo criar esse espaço para a manifestação da individualidade humana. Um espaço onde todos seriam iguais, para que todos pudessem mostrar as suas diferenças, e dessa forma, mostrar que são seres únicos, diferentes de todos os demais já nascidos.

O conceito de liberdade voltou à tona com o Renascimento, mas com a gestação das relações capitalistas de produção, e particularmente a partir da Revolução Industrial ele sofre uma profunda distorção, quando liberdade passa a ser entendida como liberdade de mercado.

Assim como o conceito de liberdade, o mercado é anterior ao surgimento do capitalismo. Como foi visto neste trabalho, o mercado existe desde tempos pré-históricos. Estudos antropológicos recentes tem mostrado que as escritas mais primitivas têm a sua origem decorrente da necessidade de controle das transações comerciais. Portanto, o mercado é anterior até mesmo ao conceito de liberdade e da própria escrita. Quando as sociedades primitivas atingiam um grau mínimo de desenvolvimento, a divisão do trabalho se instalava, e com isso, a necessidade de intercâmbiar os produtos excedentes. Em diversas sociedades este intercâmbio se dava segundo princípios de reciprocidade, redistribuição, ou domesticidade. As trocas eram feitas com o intuito de presentear parentes, manter boas relações com aldeias vizinhas, etc. Eventualmente surgia a figura do mercado, mas esta não era a forma mais importante de estabelecer relações de troca. E nenhum tipo de relação social ficava submetida ao mercado.

A figura do mercador é muito antiga e é encontrada em textos bíblicos. E a figura do mercador ocasionalmente vinha vinculada a uma imagem de pessoa egoísta e trapaceira, que enganava pessoas vendendo produtos milagrosos a preços elevados. Nem todos os mercadores eram egoístas, mas desde as mais antigas civilizações já se tem a noção de que as atividades de comércio podem dar margem a ações negativas ou

“pecaminosas”. Por isso, as atividades de comércio eram, na maioria das vezes, fortemente controladas.

Até o fim do mercantilismo, quando o comércio não era sumariamente proibido, ele era apenas tolerado, e mesmo assim, sob forte regulamentação e fiscalização. Tal preocupação decorria do fato de que a motivação pelo lucro sempre chamou muito a atenção das pessoas. Mas como não havia a possibilidade de tornar todas as pessoas ricas, esse ímpeto precisava ser controlado, caso contrário os seres humanos se degladiariam numa corrida desenfreada e irracional pela acumulação de riquezas. Qualquer organização social seria destruída em tal contexto. Justamente pelo fato da riqueza chamar tanto a atenção dos seres humanos, é que o mercado precisava ser controlado. No mercado existia a possibilidade de enriquecimento, e isso atraía muitas pessoas. Mas no mercado também eram praticados valores, que, se dispersos pelos demais segmentos da sociedade, provavelmente a desarticulariam.

Por isso, o mercado começou a ser mais tolerado quando se abriram as possibilidades efetivas de criar mais riqueza. No decorrer do século XVIII com o surgimento da Revolução Industrial, dois fatores surgem para promover o mercado. Um deles é a introdução da manufatura complexa que exige o fornecimento constante de insumos produtivos, entre eles a mão-de-obra. O outro está no fato de que agora que o enriquecimento é uma possibilidade real, e agora os seres humanos não precisam mais se degladiar sobre uma quantidade fixa de riqueza. Agora, cada um pode “produzir” a sua riqueza. E seres empenhados em ganhar dinheiro são altamente previsíveis. Antes da Revolução Comercial, a busca por riquezas era um fator de desarticulação social. A partir da Revolução Industrial, passou a ser visto como um mecanismo de estabilização social.

A partir deste momento a sociedade capitalista passa a ser direcionada em função do mercado. Algo é útil, se for útil para o mercado. Uma obra de arte vale o quanto o mercado estiver disposto a pagar por ela. Os seres humanos receberão de salário apenas o que o mercado julgar apropriado.

Obviamente, o mercado não funcionou tão bem como estabilizador social. Na verdade, os seres humanos, na sua nova condição de mercadorias, viram-se completamente desprotegidos frente às flutuações do mercado. Mannheim sintetiza o novo drama vivido pelas pessoas:



“Tal como a natureza era incompreensível ao homem primitivo, e seus mais profundos sentimentos de ansiedade eram provocados pela imprevisibilidade das forças naturais, assim para o homem moderno industrializado a imprevisibilidade das forças que atuam no sistema social onde vive, com suas crises econômicas, inflação, e assim por diante, tornou-se uma fonte de receios igualmente generalizados” (Mannheim, 1962, p. 69).

Para cooptar os homens ao mercado, algo mais era necessário. As constantes crises do capitalismo fizeram com que este modo de produção fosse altamente questionado a partir do século XIX e início do século XX. Particularmente após a Segunda Guerra Mundial, diversos mecanismos foram criados, tanto no nível de consumo quanto no de produção para que os seres humanos se adequassem melhor às necessidades da sociedade capitalista.

Do lado da produção, foram desenvolvidas inúmeras técnicas de adestramento humano com o objetivo de convencer os trabalhadores de que seu trabalho árduo seria recompensado pelo reconhecimento financeiro e moral no futuro. Nesse sentido foram criados os “alegres detentores de empregos”; pessoas desprovidas de qualquer visão crítica quanto a sua situação de exploração nos ambientes organizacionais.

Do lado do consumo, foi instituída uma cultura de consumo de massa. As pessoas foram convencidas de que seus problemas seriam resolvidos com a compra de um carro novo ou de uma roupa nova. E para que obtivessem a renda para comprar essas mercadorias, bastava se vincular ao sistema produtivo através de um emprego. O círculo estava fechado.

Durante algumas décadas, o sistema capitalista parecia estar funcionando bem, e especificamente após a queda do Muro de Berlim, parecia que o futuro do mundo estaria definitivamente nas mãos do mercado. Criou-se uma sociedade que Marcuse classificou de unidimensional, ou seja, que não conseguia conceber um modelo alternativo ao qual estava vivendo. Para esta sociedade, era apenas uma questão de tempo para que o mercado resolvesse os problemas sociais que ainda não tinham sido resolvidos.

O tempo passou e os problemas sociais tem se agravado em todo o mundo. Isso se deve ao esgotamento das possibilidades da sociedade centrada no mercado da maneira como ela se encontra estruturada hoje. Uma das características do capitalismo é a constante busca por inovações tecnológicas, visto que esta é uma maneira de acelerar o processo de reprodução do capital. Nos primórdios do capitalismo, os constantes

aperfeiçoamentos tecnológicos foram fundamentais para a sua sobreposição aos demais modos de produção. Porém, hoje, a inovação tecnológica se converteu num suplício. O capital não pode abrir mão da tecnologia, mas adotando-a, extingue postos de trabalho, o que leva a um movimento de redução gradativa e constante da capacidade de consumo da sociedade. O círculo não se fecha mais.

Numa sociedade que possui como característica natural a concentração de renda, a inclusão de novas tecnologias, sem a reformulação das relações sociais, apenas apressa o processo de concentração de renda. E a renda, numa sociedade capitalista, não pode ser indefinidamente concentrada. Existem limites além dos quais desenvolvem-se crises de superprodução que somente são superadas, de forma momentânea, após uma redistribuição das riquezas, que, neste modo de produção, quase sempre se dão de modo violento.

Mas o mercado espalhou seus tentáculos por todas as fronteiras do mundo. Não existem novos mercados consumidores a serem explorados. Uma crise de superprodução, num momento em que todos os países se encontram engolfados dentro da lógica capitalista é extremamente desastrosa pois não existem novos consumidores sobre os quais se possa “desovar a produção encalhada”.

Neste final de século torna-se cada vez mais clara a incapacidade da sociedade de mercado em cumprir os objetivos aos quais se propôs. A promessa de uma sociedade materialmente afluenta está cada vez mais distante. Como nos tempos medievais percebe-se, hoje, que nem todos podem ser ricos. Mas a produção de riquezas na Idade Média era limitada por questões técnicas. Atualmente, a produção de riquezas é limitada, não por fatores técnicos, mas pela dimensão do próprio mercado consumidor. As próprias relações mercantis de trabalho e produção impedem uma distribuição eficiente da riqueza gerada, que limita o consumo, que, por sua vez, limita a produção, e que finalmente, reduz a criação de novos empregos, formando assim, um círculo vicioso decrescente que termina com a paralisia de todo o sistema.

Outro fator que torna clara a incapacidade do capitalismo em cumprir com suas promessas é a crescente percepção de que a felicidade humana não depende apenas de bens materiais. O suprimento de bens materiais é uma condição necessária, porém, não definitiva para a satisfação plena dos seres humanos. Estudos psicológicos recentes mostram que os seres humanos possuem necessidades substantivas que não podem ser atendidas unicamente através do consumo de bens e serviços gerados pelo mercado. Mas na última metade do século XX, o mercado, numa tentativa de maximizar suas

vendas, fez todo o possível para convencer as pessoas do contrário. Suas frustrações seriam “curadas” pela compra de mercadorias. Caso um sentimento de frustração e insatisfação persistisse após a compra, isso era sinal de que o consumidor não comprou o suficiente.

Esse tipo de incentivo ao consumo e à competição (por empregos, por clientes, por vagas nas universidades) criou na sociedade de mercado, um elevado percentual de indivíduos psicologicamente desequilibrados, visto que os mesmos, em função de constantes condicionamentos, foram forçados a sublimar suas necessidades reais, e colocar em seu lugar necessidades falsas, fabricadas, com o objetivo de atender às necessidades do mercado.

Este conjunto de fatores tem criado um desconforto crescente dos membros da sociedade capitalista, pois mesmo os cidadãos que ainda são sadios, do ponto de vista psicológico, se sentem ameaçados e acuados. Conforto, não só material, mas também espiritual, é algo que a sociedade de mercado parece ter esquecido a muito tempo, e não existem perspectivas concretas de que esse conforto venha a ser fornecido dentro de um futuro previsível. Hobsbawm (1994) relata que os cidadãos europeus, no período entre guerras, pressentiam algo errado. Existia uma paz entre as nações, mas o clima de desconfiança generalizado anunciava um futuro preocupante. Tal desconforto está presente nos dias atuais. O novo milênio, que vinha sendo visto com grande esperança, parece cada vez mais assustador a medida que se aproxima.

Esse crescente desconforto promove o surgimento de diversas correntes filosóficas alternativas que proclamam a substituição dos valores do mercado por valores mais humanísticos, que venham a atender de forma mais completa as necessidades substantivas dos homens. Muitas dessas novas idéias são puros devaneios, outras são elaborações teóricas melhor estruturadas. Para muitos autores, a sociedade capitalista está passando por um processo de mudança de paradigmas, onde os antigos valores vão, gradativamente, perdendo poder, enquanto que as novas percepções sobre a realidade e a maneira pela qual as relações humanas devem se estruturar vão surgindo, num primeiro momento, de forma desorganizada e não planejada em diferentes setores da sociedade, para depois se transformar num movimento único, forte, reformulador e revolucionário.

Mas muitos desses autores são envolvidos por um otimismo exagerado. Alguns autores acreditam que o processo possa acontecer de forma suave, sem grandes convulsões sociais. Mas percepções mais realistas dos fenômenos sociais levam a crer

que mudanças estruturais nos fundamentos de uma organização social nunca são suaves. Existem muitos antagonismos, muitas tensões acumuladas a serem aliviadas. E o alívio de pressões muito fortes geralmente acontece por meio de um processo de ruptura brusca. As classes sociais antagônicas irão lutar até o fim de suas forças para a manutenção da ordem econômica que as privilegia. Quando uma dessas classes tiver chegado ao fim de suas forças, acontece o rompimento.

Mas é possível imaginar um destino alternativo à sociedade de mercado. Uma revolução social só acontece quanto existem classes sociais com interesses antagônicos bem definidos em disputa. Por muito tempo, os trabalhadores da sociedade de mercado passaram por um processo de adestramento cultural, fazendo com que os valores do mercado fossem introjetados de tal forma que se tornaram inquestionáveis. Dessa forma, os trabalhadores podem acabar travando uma guerra contra um inimigo invisível, um inimigo que faz parte do seu próprio comportamento. Aos poucos a sociedade de mercado vai percebendo as limitações dos valores do mercado, mas essa mesma sociedade parece estar cada vez mais “viciada” por esses valores.

As grandes cidades brasileiras já apresentam números de guerras civis, em termos de vítimas da violência urbana. Esta é sem dúvida, uma guerra que está sendo travada contra o mercado, pois ela é extremamente prejudicial ao processo de reprodução do capital, que necessita de certa estabilidade. Mas os “soldados” dessa guerra não são movidos por nenhum sentimento ideológico contra o mercado. Na verdade são movidos pelos valores do próprio mercado, ou seja, pelo sonho do enriquecimento rápido, do bem estar material e do conforto psicológico, agora conseguido por meios artificiais através do consumo de drogas.

As revoluções são movimentos organizados onde os interesses em jogo estão claramente definidos. No caso da sociedade capitalista deste final de século, talvez o que possa acontecer é uma implosão da sociedade de mercado em função da inconsistência interna de seus próprios valores morais. Muitos autores tem afirmado que o capitalismo funcionou relativamente bem enquanto que os valores do mercado permaneciam relativamente controlados por uma herança moral proveniente dos períodos pré-capitalistas. É importante para o empresário poder confiar em seus funcionários, em seus clientes, nos fornecedores, no governo, etc. Este clima de confiança mútua é muito importante para a realização de grandes investimentos cujo retorno somente acontece no longo prazo. Um clima de instabilidade política, social e econômica faz com que os proprietários do capital prefiram investimentos especulativos

cuja liquidez é maior, e cujo risco é bem menor se comparado aos investimentos produtivos.

Caso a sociedade de mercado venha a desmoronar sobre seu próprio peso, não existe uma garantia de que o modelo de organização social que venha a substituí-la seja melhor do que a atual. Os seres humanos podem amargurar um longo período de espera até que novos valores morais sejam gradativamente moldados de forma a implementar uma sociedade mais justa. Quando o Império Romano começou a decair frente ao surgimento do cristianismo, a organização social e econômica européia entrou num processo de declínio que somente foi recuperado 1.200 anos depois. Esse declínio foi decorrente não de um esquecimento das tecnologias antigas, mas das incapacidade de articulação e organização social das pessoas. Os indivíduos não conseguiam mais se entender entre si. E nos últimos trezentos anos, o mercado tem formado pessoas cada vez mais egoístas e individualistas, cuja capacidade de ação conjunta e ordenada para a resolução de problemas parece ausente.

A formação de “homens econômicos” pode ter criado seres humanos apáticos cujo único objetivo de vida seja acumular riquezas. Mas este padrão de comportamento se mostra altamente ameaçador para a sociedade quando o mercado chega aos seus limites.

## **8.2. Recomendações.**

O paradigma das atuais relações de mercado está em declínio. Mas as novas propostas de relações sociais ainda são fantasiosas e pouco estruturadas. Portanto não representam uma alternativa concreta a curto prazo para a resolução dos problemas da sociedade de mercado.

Uma alternativa viável para amenizar tais problemas seria a promoção de uma maior participação dos trabalhadores nos ganhos de produtividade gerados pela introdução de novas tecnologias ao processo produtivo. Em termos práticos, isso representa a redução da jornada de trabalho sem a redução do salário.

Tal feito não representaria uma quebra dos valores morais da sociedade de mercado, mas daria a ela um novo fôlego para suportar a consolidação de novos valores

e novas relações sociais. Os trabalhadores, com mais tempo disponível, teriam uma maior possibilidade de reaprenderem a satisfazer suas necessidades substantivas.

Por isso, para trabalhos futuros, recomenda-se o estudo de como implementar, na prática, essa redução na jornada de trabalho, sem que o sistema econômico se desestabilizasse. Como fonte de inspiração para tal trabalho, recomenda-se uma investigação histórica para verificar como se processou a redução da jornada de trabalho no século XIX e início do século XX apontando as dificuldades envolvidas em tal tarefa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Judith Alda. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 77, p. 53-61, 1991.
- ARENDT, Hannah, **A condição humana**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1993.
- BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.
- BERGSON, Henri. Da polidez. In: DHOQUOIS, Régine. (Org) **A polidez: virtude das aparências**. São Paulo: L&PM Editores, 1993.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CAPRA, Fritjof. **Sabedoria incomum**. São Paulo: Cultrix, 1988.
- CARAVANTES, Geraldo R. **Recursos Humanos Estratégicos para o 3º Milênio**. Porto Alegre, Editora AGE, 1993.
- CASTRO, Cláudio Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: Mc-Graw-Hill do Brasil, 1978.
- CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.
- CLEMENS, John K.; ALBRECHT, Steve. **The timeless leader**. Holbrook: Adams Publishing, 1995.
- CRUZ JÚNIOR, João Benjamin da. Organização e administração de entidades públicas: aspectos políticos, econômicos e sociais de um paradigma emergente. **Revista de Administração Pública**. v. 22, n.3, p. 3-21, jul/set 1988.
- DANTAS, José da Costa. **Alienação e participação**. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, vol. 22, nº 2, pgs 30-51, abr.-jun. 1988.
- DAVEL, Eduardo & VASCONCALOS, João (Orgs.) **“Recursos” humanos e subjetividade**. Petrópolis - RJ, Ed. Vozes, 1996.
- FERGUSON, Marilyn. **A conspiração aquariana**. 9ª ed. São Paulo: Record, 1994.
- FINLEY, M. I. **A economia antiga**. Porto: Edições Afrontamento, 1986.

- FONSECA, Eduardo Giannetti da. **Vícios privados, benefícios públicos?** A ética na riqueza das nações. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico.** São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido.** 2º ed. São Leopoldo: Sinodal, 1991.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 4º ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- HENDERSON, Hazel. **Transcendendo a economia.** São Paulo: Cultrix, 1991.
- HIRSCH, Fred. **Limites sociais do crescimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- HIRSCHMAN, Albert O. **As paixões e os interesses:** argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914 - 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo.** São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1980.
- KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Nova Cultural, 1988, coleção "Os Economistas".
- KOPELKE, André Luiz. **Auto-realização, organizações burocráticas e economia de mercado.** Florianópolis: CPGA/UFSC, 1998, Dissertação de Mestrado.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 3º ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização.** 3º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- KUTTNER, Robert. **Tudo à venda.** As virtudes e os limites do mercado. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 1991.
- LUX, Kenneth. **O erro de Adam Smith.** São Paulo: Nobel, 1993.
- MALTHUS, Thomas Robert. **Ensaio sobre a população.** São Paulo: Nova Cultural, 1986, coleção "Os Economistas".
- MANNHEIM, Karl. **O homem e a sociedade:** estudos sobre a estrutura social moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe.** 4º ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987, coleção "Os Pensadores".
- MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial:** o homem unidimensional. 6º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARTIN-BARÓ, Ignácio. **Accion e ideologia:** psicologia social desde centroamérica. 2º ed. El Salvador. UCA Editores, 1985. pg 113 - 298.
- MASLOW, Abraham H. **Motivation and personality.** New York: Harper & Row, 1954.
- MEADOWS, Donella H. et al. **Limites do crescimento.** São Paulo: Perspectiva, 1972.
- NAISBITT, John; ABURDENE, Patricia. **Megatrends 2000:** dez novas tendências de transformação da sociedade nos anos 90. São Paulo: Amana-Key, 1990.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e Economia.** São Paulo: Ática, 1995.



- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 2º semestre 1967, p. 7-42.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. 2ª ed, Rio de Janeiro: Ed da Fundação Getúlio Vargas, 1989
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Modelos de homem e teoria administrativa. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 18, n.2, p. 3-12, abr/jun 1984.
- RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1988, coleção "Os Economistas".
- RICHARDSON, R.J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.
- RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1996.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987, coleção "Os Pensadores".
- RUIZ, J. A. "Métodos, economia e eficiência nos estudos" e "Estudos para leitura trabalhada." In: **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1982, p.17-47, cap. I e II.
- SCHON, Donald. **Beyond the stable state**. New York: Norton, 1971.
- SCHUMACHER, E.F. **O negócio é ser pequeno**. 4ª ed Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- SELLTIZ et alii. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: E.P.U., 1974.
- SENGE, Peter. **A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem**. 6ª ed. São Paulo: Best Seller, 1990.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1988, coleção "Os Economistas".
- THUROW, Lester C. **O futuro do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- TOFFLER, Alvin. **Powershift: as mudanças do poder**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 7ª ed. São Paulo: Pioneira, 1992.
- WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo. **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- WILKINSON, Richard G. **Pobreza e progresso: um modelo ecológico de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- WOODWARD, Herbert N. **Capitalismo sem crescimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.